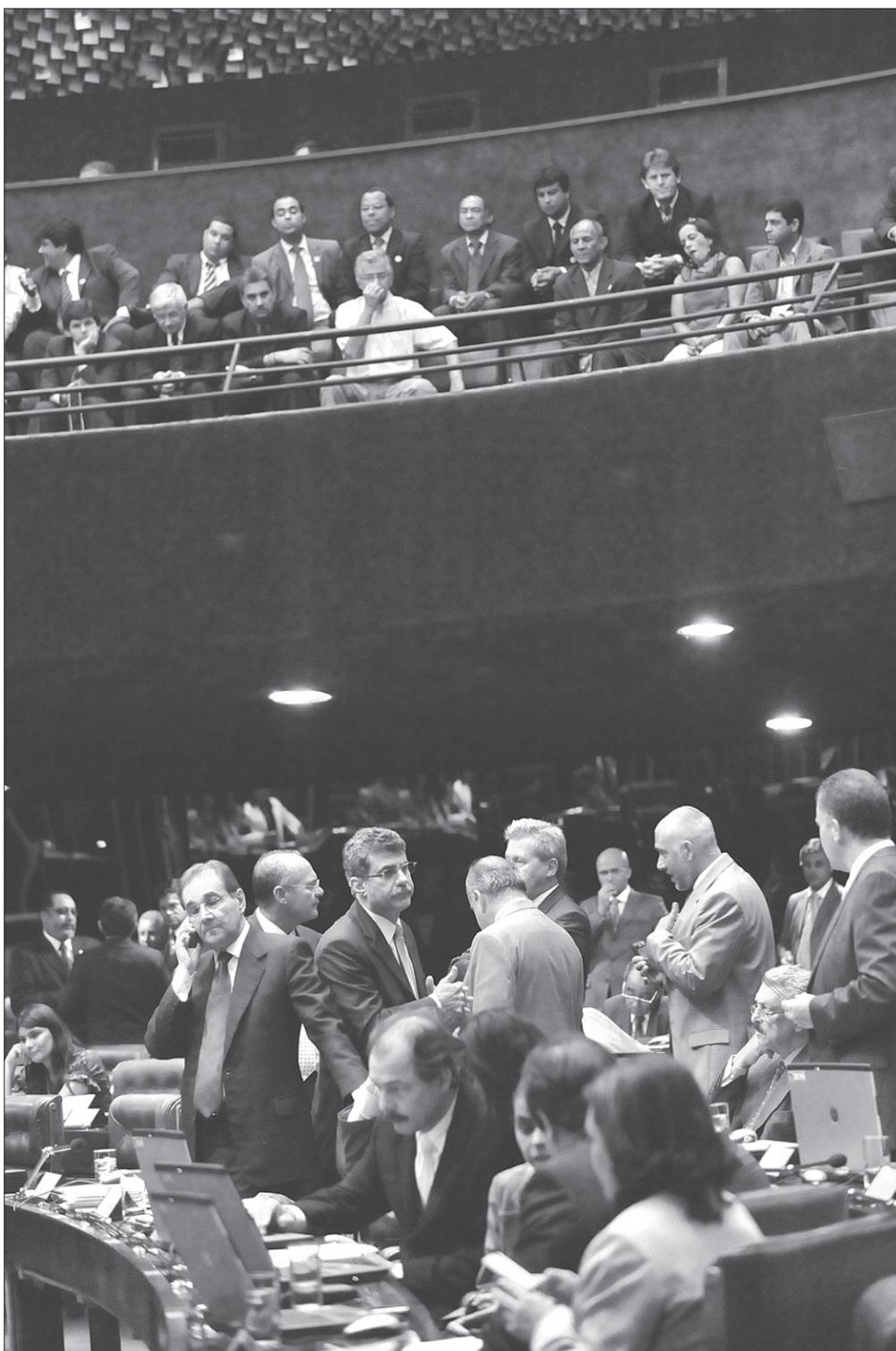


# ESPECIAL

## JORNAL DO SENADO

balanço

GERALDO MAGELA



Produtividade em alta: somente em 15 de julho, às vésperas do recesso, Plenário votou 18 itens

# Em 2009, produção da Casa subiu 45%

Segundo Sarney, números indicam pleno funcionamento do Senado. Veja neste *Especial* o que já foi votado e debatido este ano

O presidente do Senado, José Sarney, apresentou dados que revelam o aumento da produção legislativa da Casa durante o primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2008. Enquanto 226 matérias foram aprovadas entre fevereiro e julho de 2008, no primeiro semestre de 2009 foram 327 matérias aprovadas, um crescimento de 45%.

– A Casa está em pleno funcionamento. O Legislativo vem retomando a posição de protagonista, e o Senado teve papel destacado nesse processo.

Ele informou que 434 matérias já foram aprovadas pelo Senado em 2009, número que não leva em conta requerimentos diversos nem a autorização de serviço de radiodifusão.

– O Senado tem mostrado

que a crise alardeada pela imprensa não atingiu a essência do funcionamento da Casa, que tem sido bastante produtiva, com o trabalho das comissões e do Plenário, onde estamos com a pauta em dia.

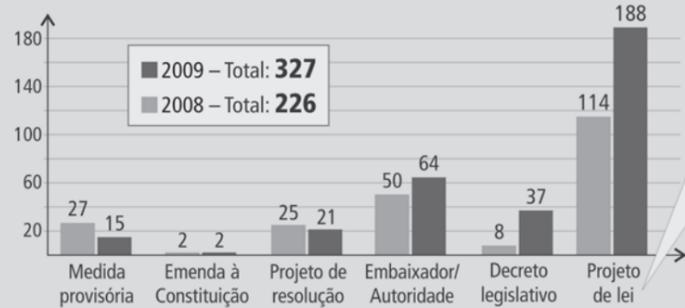
Para Sarney, o trabalho parlamentar não pode ser medido pela quantidade de leis, mas pela sua qualidade e pelo debate de ideias, daí a importância das comissões e das audiências públicas.

– Acredito que o trabalho, por exemplo, da comissão de acompanhamento da crise financeira tenha contribuído para as medidas que o Executivo tomou com os bons resultados anunciados.

Veja neste *Especial* um resumo das atividades do Senado neste ano e a lista dos projetos aprovados.

### Matérias aprovadas no Senado Federal\*

(1º semestre de 2008 e de 2009)



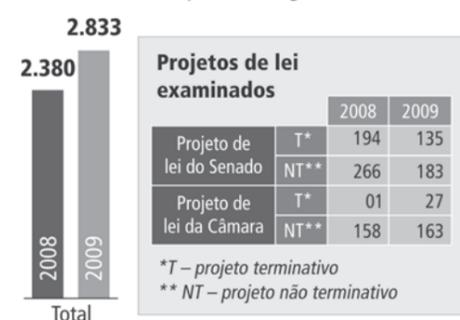
\*Não incluídos: requerimentos e projetos de decretos legislativos relativos à apreciação de concessão de serviços de radiodifusão.

### Projetos de lei aprovados pelo Senado Federal (1º semestre de 2008 e de 2009)



### Nas comissões

Comparativo de proposições apreciadas em 2008 (ano inteiro) e 2009 (parcial até agosto)





Presidente da CCT, Flexa Ribeiro afirma que talentos saem do país por falta do apoio

CCT

## Pesquisas para fortalecer a soberania

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) tem por objetivo investir em pesquisas para fortalecer a soberania brasileira na aplicação e no uso de tecnologias e conhecimentos técnicos no Brasil. Essa é a avaliação feita pelo presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em balanço das atividades da comissão realizado em entrevista à Agência Senado.

— O Brasil hoje exporta talentos por falta de apoio, por falta de pesquisas. Nossos cérebros são exportados e depois o país importa o conhecimento de fora, mas que teve origem aqui — pontua o senador.

Flexa Ribeiro afirma que, ao assumir a presidência da comissão, propôs, junto aos demais integrantes do colegiado, priorizar questões que contribuem para o desenvolvimento do país. Essa importância a projetos de inovação tecnológica tem sido possível, segundo Flexa Ribeiro, a partir da contribuição de pesquisadores, autoridades e participantes da sociedade civil.

# Código de Processo Penal passa por reforma

Projeto que moderniza lei de 1941 está sendo finalizado por uma comissão de senadores, depois do texto inicial elaborado por juristas

Comissão temporária do Senado está finalizando a proposta de um novo Código de Processo Penal. Durante os vários debates com as instituições que congregam os responsáveis pela condução do processo penal — como juízes, procuradores, delegados e defensores públicos —, ficou claro o apoio unânime à iniciativa de modernizar a legislação (baseada no Decreto-Lei 3.689, de 1941).

Criada no ano passado, uma comissão de juristas elaborou anteprojeto com 682 artigos, que inova ao criar a figura do juiz das garantias, responsável por zelar pelos direitos do cidadão

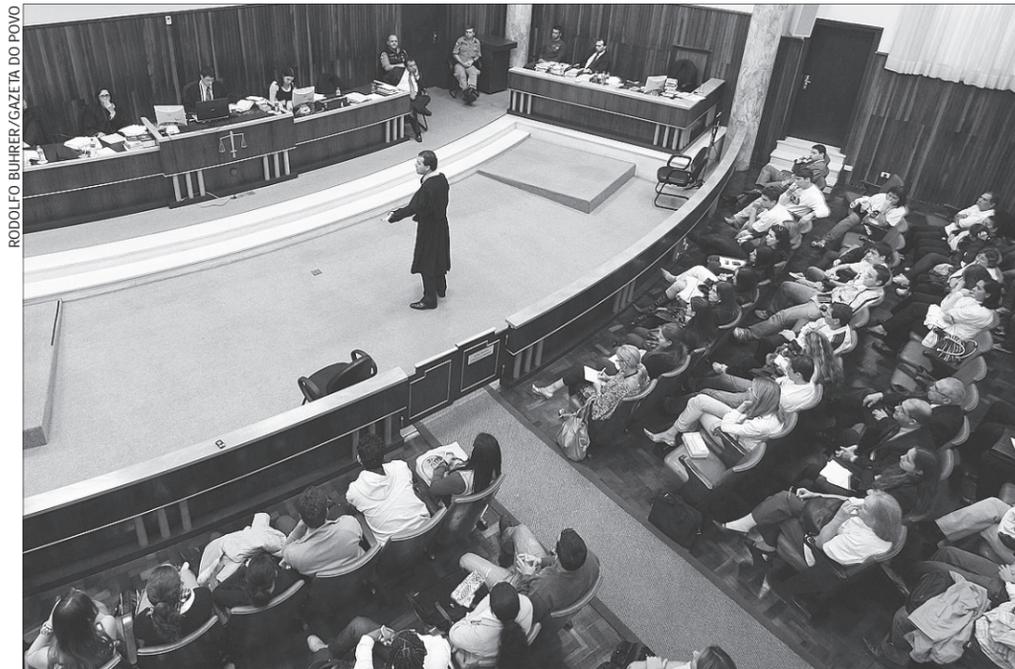
durante a investigação policial; ao estabelecer uma série de direitos ao acusado e à vítima, hoje inexistentes; ao rever o sistema de recursos da ação penal e o funcionamento do tribunal do júri; e ao propor novas medidas cautelares em substituição à prisão preventiva, além de muitas outras mudanças.

Depois, coube a uma comissão especial de senadores (que já realizou 11 reuniões de trabalho) apresentar o projeto de novo código (PLS 156/09). Relator da proposta, Renato Casagrande (PSB-ES) acha que, superado o desafio inicial de elaborar o anteprojeto, é hora de aperfeiçoar o texto, com a ajuda das

audiências públicas.

— O código atual está ultrapassado, difícil de reformular. O trabalho da comissão de juristas está excelente. A ideia é fazer um código viável, que efetivamente coíba a impunidade, sem deixar de garantir ao cidadão os seus direitos — disse Renato Casagrande.

Para evitar que um réu seja condenado ou absolvido pela diferença de apenas um voto, o projeto eleva de sete para oito a composição do tribunal do júri, cujos integrantes também poderão agora conversar entre si para chegar à sentença. Em caso de empate de quatro a quatro, o réu será absolvido.



Tribunal do júri durante sessão no Paraná: reforma do CPP deve rever procedimentos adotados durante julgamentos

### FICHA LIMPA PARA CANDIDATOS

Aprovado pela CCJ em junho passado, depende agora do voto dos deputados o Projeto de Lei 688/07, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que impede o registro de candidatos condenados, em qualquer instância, pela prática de crimes hediondos (como tortura e racismo) ou dolosos, contra a administração pública ou o sistema financeiro, bem como por improbidade administrativa.

### E-MAILS ACEITOS EM PROCESSOS

Para tornar mais ágil e confiável a Justiça no país, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação aprovou alteração no Código de Processo Civil (CPC) para que mensagens eletrônicas possam ser usadas como meio de prova documental. O objetivo do projeto de lei da Câmara (PLC 170/08) é partir do princípio de que são verdadeiros a autoria e o conteúdo dos e-mails, se eles estiverem certificados digitalmente.

## Projeto amplia direitos de testemunhas

Um avanço na Justiça Penal brasileira em direção à proteção dos direitos dos cidadãos e à eficiência no combate ao crime. Assim pode ser resumido o projeto de lei (PLS 173/01) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, e enviado à Câmara dos Deputados em maio passado.

Segundo Alvaro Dias, o objetivo é cercar de garantias especiais as vítimas e testemunhas de delito, para que elas possam, “segura e tranquilamente”, colaborar com a Justiça. Graças ao projeto, por exemplo, essas pessoas poderão ter o direito de não depor na presença do acusado ou de familiares ou amigos dele (veja quadro).

A proposta garante ainda à vítima e à testemunha o direito ao sigilo dos respectivos endereços, que não poderão constar dos inquéritos e processos judiciais. Prevê também que fiquem em sala separada da do acusado, enquanto estiverem à disposição do juiz.

Como lembrou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator na CCJ, os atuais programas federais de proteção oferecidos têm sido considerados “precários e ineficientes”, pois deixam os autores de denúncias desprotegidos da fúria dos responsáveis pelos crimes.

## Maior proteção

Medidas que garantem segurança de vítimas e testemunhas

- não depor na presença do acusado ou dos familiares ou amigos dos acusados;
- depor encapuzadas ou usando microfone com modificador de voz;
- sigilo dos respectivos endereços, que não poderão constar dos inquéritos e processos judiciais;
- sala separada da do acusado, enquanto estiver à disposição do juiz.

## Projetos aprovados

### Aprovados pelo Plenário e comissões, foram à sanção

- PLC 1/06** — Planos e seguros privados de assistência à saúde deverão cobrir o atendimento nos casos de planejamento familiar.
- PLS 54/04**, do ex-senador Rodolpho Tourinho — Tipifica o crime de sequestro-relâmpago no Código Penal.
- PLC 105/03** — Altera a Lei de Execução Penal no que diz respeito às penitenciárias de mulheres.
- PLC 115/07** — Autoriza os enteados a adotarem o sobrenome da família adotiva.
- PLC 75/04** — Determina que as lâmpadas devem trazer impressa nas embalagens advertência ao consumidor sobre sua luminosidade, a durabilidade em horas e alerta caso o produto seja utilizado em tensões elétricas diferentes da especificada.
- PLC 4/06** — Permite o uso de cópias não autenticadas como provas nos processos trabalhistas.

- PLC 69/08** — Cria o Dia do Vaqueiro Nordestino.
- PLC 96/07** — Cria o Dia da Bossa Nova.
- PLC 34/08** — Cria o Dia do Caminhoneiro.
- PLC 28/06** — Dá o nome de Alberto Alcolumbre ao Aeroporto Internacional de Macapá.
- PLC 31/08** — Estabelece que antenas e estações terão que obedecer aos limites da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos por elas gerados.
- PLC 7/09** — Cria a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea (de 14 a 21 de dezembro).
- PLC 19/08** — Inscreve o nome do Brigadeiro Sampaio no Livro dos Heróis da Pátria.
- PLP 293/99**, de Gerson Camata — Permite que as cooperativas de crédito repassem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) aos seus associados, a um custo baixo.
- PLS 416/09**, de Tião Viana — Proíbe o DDT no país.
- PLV 2/09** (MP 449/08) — Anistia débitos

- tributários de pessoas físicas e jurídicas no valor de até R\$ 10 mil, vencidos há pelo menos cinco anos, a contar do dia 31 de dezembro de 2007.
- PLV 4/09** (MP 451/08) — Corrige em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e amplia para quatro as alíquotas (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%).
- PLV 6/09** (MP 453/09) — Autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- PLV 8/09** (MP 455/09) — Estende a merenda escolar ao ensino médio e profissionalizante e obriga a União a comprar de agricultores familiares pelo menos 30% dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.
- PLV 9/09** (MP 458/09) — Regulariza a posse de terras na Amazônia Legal em áreas da União e com até 1.500 hectares.
- PLV 11/09** (MP 459/09) — Institui o programa Minha Casa, Minha Vida.
- PEC 47/08** — Limita os gastos municipais com câmaras de vereadores.

- PLC 104/05** — Obriga as concessionárias de serviços públicos a oferecerem ao consumidor no mínimo seis opções para o vencimento das contas.
- PLC 104/06** — Facilita a obtenção de cópias de processos por advogados e procuradores.
- PLC 153/08** — Estabelece que sentenças judiciais deverão informar dados completos do réu e o resumo da decisão.
- PLC 59/07** — Estende as regras trabalhistas de pessoas contratadas no Brasil para as contratadas para exercer atividades no exterior.
- PLC 75/06** — Mendicância deixa de ser considerada contravenção penal.
- PLC 35/02** — Regulamenta a emissão de declarações de óbito para fornecer informações precisas ao Sistema Único de Saúde (SUS).
- PLC 22/05** — Simplifica a leitura do processo de cassação do prefeito nas câmaras de vereadores.
- PLC 51/07** — Amplia para um ano a validade dos bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, interestaduais e internacionais.
- PLC 18/09** — Cria 281 cargos no TRT de Goiás.



ANDREMUZEL/FLICKR

Ação policial no Rio de Janeiro: projeto de Serys Slhessarenko em debate na CCJ define o crime organizado e determina instrumentos para combatê-lo

# Prioridade a combate ao crime organizado

CCJ voltou a debater proposta, aprovada em 2007, que pune com no mínimo cinco anos de cadeia a participação em organizações criminosas

Na área de segurança pública, para a qual o Senado tem votado nos anos recentes diversos projetos importantes, uma das prioridades tem sido encontrar mecanismos para combater a atuação das organizações criminosas, que estendem seus tentáculos por atividades como tráfico de armas e drogas, lavagem de dinheiro, exploração sexual e extorsão, entre outras. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em 2007 o PLS 150/06, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que define o crime organizado e determina instrumentos legais para combatê-lo, incluindo normas de investigação e meios de obtenção de prova.

O projeto retornou à comissão por causa de três emendas apresentadas pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP) em Plenário e também porque os senadores consideraram impor-

tante promover debates para aperfeiçoar a proposta. As audiências públicas envolveram a participação de representantes da sociedade, entre eles o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

O projeto define organização criminosa como a associação de três ou mais pessoas "estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas", criada para obter, direta ou indiretamente, vantagem com a prática de um ou mais de 19 crimes listados (veja tabela).

Promover, constituir, financiar, cooperar, participar ou favorecer organização criminosa rende, pela proposta, de cinco a dez anos de prisão, além de multa e das penas correspondentes a todos os demais crimes praticados por

seus integrantes. A pena pode ser aumentada em 50% quando o infrator exercer o comando do grupo. Penas maiores (aumentadas de um terço até a metade) estão previstas em outras situações, por exemplo, se a estrutura da organização criminosa for constituída por mais de 20 pessoas, quando a organização empregar arma de fogo, se qualquer dos integrantes for funcionário público e se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em

parte, ao exterior.

Ainda de acordo com a proposta, o financiamento de campanhas políticas destinadas à eleição de candidatos com a finalidade de garantir ou facilitar as ações de organizações criminosas será igualmente punido.

**Chefe de quadrilha teria pena aumentada em 50%**

## PEC protege recursos para Forças Armadas

Proposta de emenda à Constituição pretende impedir, pelos próximos dez anos, que recursos do Orçamento da União destinados ao reaparelhamento das Forças Armadas possam ser contingenciados pelo governo federal. A PEC 53/04, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), recebeu voto favorável do relator Pedro Simon (PMDB-RS) na CCJ.

A análise dos senadores é de que verifica-se há anos um "contínuo e sistemático" processo de redução do orçamento das Forças Armadas, com sucateamento dos equipamentos, por falta de reposição e manutenção.

## FIM DA PRISÃO ESPECIAL

A CCJ aprovou projeto (PLS 50/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO) que retira a possibilidade de cela diferenciada e individual para quem cursou uma faculdade. Pelo projeto, a prisão especial será concedida em casos especiais, por exemplo, a policiais.

## SEQUESTRO-RELÂMPAGO

Virou a Lei 11.923, sancionada pelo presidente Lula em abril, projeto do ex-senador Rodolpho Tourinho que inclui o sequestro-relâmpago entre os crimes previstos no Código Penal, sujeitando os autores a penas mínimas de seis a 12 anos de prisão.

## CONTRA JUSTICEIROS

Cabe agora à Câmara decidir se aprova o projeto que aumenta em um terço a pena destinada àqueles que praticam crimes com a intenção de fazer justiça pelas próprias mãos. O projeto (PLC 137/08) foi aprovado pela CCJ.

## Na mira da lei

Projeto em fase final de análise na CCJ lista 19 delitos e define organização criminosa como a associação de três ou mais pessoas com intenção de praticar pelo menos um deles

- ✎ tráfico de drogas, de armas e explosivos, de pessoas, de migrantes, de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
- ✎ terrorismo
- ✎ extorsão mediante sequestro
- ✎ crimes contra a administração pública, o sistema financeiro nacional, a ordem econômica ou tributária, ou praticados por particular contra a administração pública estrangeira
- ✎ crime contra o transporte de valores ou cargas e receptação dolosa dos bens
- ✎ lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores
- ✎ homicídio qualificado
- ✎ falsificação ou adulteração de remédios
- ✎ crime contra o meio ambiente e o patrimônio cultural
- ✎ roubo qualificado
- ✎ delitos informáticos

Fonte: PLS 150/06

## Projetos aprovados

**PLC 19/09** – Cria 335 cargos na Justiça Trabalhista do Paraná.  
**PLC 92/07** – Inclui no Sistema Rodoviário Federal a ligação entre Redenção e Marabá, no Pará.  
**PLC 116/07** – Trata da divulgação e cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.  
**PLC 24/08** – Determina a adaptação de brinquedos em parques de diversões a pessoas com deficiência.  
**PLC 109/08** – Torna obrigatório o uso de proteção no motor de embarcações.  
**PLC 19/09** – Cria cargos no TRT do Paraná.  
**PLC 156/09** – Dispõe sobre as certidões expedidas pelos escritórios do registro de distribuição e distribuidores judiciais.  
**PLC 110/08** – Trata da participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas.  
**PLC 103/05** – Proíbe aos empregadores exigir carta de fiança de empregados contratados pelo regime da legislação trabalhista.  
**PLC 83/09** – Reestrutura o Conselho Nacional do

Ministério Público.  
**PLS 203/01**, de Expedito Júnior – Regulamenta o exercício da atividade de motoboy e mototaxista.  
**PLS 170/03**, de Almeida Lima – Estabelece que empresas de serviços públicos e colégios são obrigados a emitir e a encaminhar ao usuário declaração de quitação anual das faturas.  
**PLS 145/04**, de César Borges – Dá prioridade nos processos judiciais aos portadores de doenças graves.  
**PLS 205/96**, do ex-senador Sérgio Machado – Estabelece que produtos refrigerados devem anexar as informações exigidas em material indelével.  
**PLS 245/99**, da ex-senadora Emilia Fernandes – Trata da veiculação de mensagens educativas de trânsito.  
**PLS 23/00**, de Osmar Dias – Estabelece critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.  
**PLC 112/08** – Cria a Semana de Educação para a Vida nas escolas públicas de todo o país.

**PLS 507/03**, de Fátima Cleide – Lista as categorias dos profissionais da educação.  
**PLS 254/04**, da CPI da Exploração Sexual – Torna crime divulgar na internet cenas de sexo envolvendo crianças e adolescentes ou aliciá-los em salas de bate-pago, entre práticas na rede.  
**PLS 314/04**, de Patrícia Saboya – Cria nova lei nacional de adoção.  
**PLS 50/05**, de Pedro Simon – Trata da nomeação dos representantes oficiais do país em organismos internacionais, que terá de passar pelo Senado.  
**PLS 218/06**, de Cristovam Buarque – Torna obrigatório às instituições de ensino o envio de informações escolares aos pais.  
**PLC 125/01** – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo.  
**PLC 53/07** – Regulamenta a investigação de paternidade.  
**PLC 29/08** – Autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) a vender imóvel em Linhares (ES).  
**PLC 81/08** – Proíbe o uso de celulares em

presídios.  
**PLC 118/09** – Cria funções e cargos no Departamento Nacional de Produção Mineral.  
**PLC 155/08** – Permite o uso de cópia autenticada dos documentos de veículo com efeito de documento original.  
**PLC 204/08** – Estabelece normas gerais para as perícias oficiais.  
**PLC 59/09** – Institui plano de carreira do Tribunal de Contas da União.  
**PLC 65/09** – Cria cargos de provimento efetivo e funções comissionadas na Secretaria do TRT da 5ª Região (BA).  
**PLC 66/09** – Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO).  
**PLC 61/09** – Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.  
**PLC 64/09** – Cria cargos no TRT da 16ª Região (MA).  
**PLS 86/09** – Cria cargos no TRT da 2ª Região (SP).

CMA

## Preocupação com os recursos hídricos

Quais foram os projetos e debates mais relevantes discutidos este ano pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que o senhor preside desde março?



**Renato Casagrande (PSB-ES):** Prefiro falar em termos de grandes temas, e não especificamente de projetos. Tivemos a preocupação com os resíduos sólidos, uma questão importante para a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; o saneamento básico, mais especificamente a constituição de fundos para a área; e os projetos relacionados à questão da água.

Quais são as prioridades do colegiado na área ambiental?

A prioridade da comissão é aprofundar o debate sobre os recursos hídricos, a política de combate ao desmatamento e a questão dos resíduos sólidos.

O que os senadores pretendem priorizar na área de defesa do consumidor?

Pretendemos realizar um grande balanço dos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, que serão comemorados no próximo ano. Vamos apresentar sugestões de aperfeiçoamento do código.

E na terceira área de atuação da comissão?

Nossa meta é acompanhar as medidas adotadas no Senado para aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização da administração pública.

# Senado vai a Copenhague debater mudanças climáticas

Comissão ouviu especialistas, diplomatas e o ministro do Meio Ambiente para ajudar o Brasil a formular propostas que serão levadas à conferência internacional de dezembro, na Dinamarca

No próximo mês de dezembro, especialistas de 200 países se reunirão em Copenhague, capital da Dinamarca, para a Conferência das Partes das Organizações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15). Serão debatidas regras mais rígidas de redução das emissões de gases do efeito estufa, em substituição ao Protocolo de Kyoto, que expira em 2012.

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) enviará uma delegação de três deputados e três senadores à conferência. A comissão promoveu audiências públicas com ministros para reunir subsídios que irão orientar propostas a serem levadas pelo Brasil ao encontro.

O embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Sérgio Barbosa Serra, ressaltou que a redução do desmatamento terá um grande peso nas ações a serem propostas pelo Brasil na COP-15. Sérgio Barbosa informou que a oferta brasileira se situará dentro do mecanismo Redd (Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação).

Segundo o embaixador, a posição do governo, "não de um ou dois ministérios", em relação à COP-15 baseia-se em algumas premissas: o Brasil quer um resultado ambicioso, que se oriente pelas recomendações da Ciência; os países desenvolvidos devem ter metas de redução de emissões da ordem de 25% a

40%, no médio prazo (2020); e os países em desenvolvimento devem reduzir a curva de crescimento das emissões.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, esteve na CMMC e pediu a aprovação de projetos relevantes para a proposta a ser levada pelo Brasil à conferência. Entre esses projetos, Minc quer

a aprovação do Fundo de Compensação das Mudanças Climáticas. Já a presidente da comissão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), propôs a inclusão do Projeto de Lei 5.367/09, que institui o Código Ambiental Brasileiro e prevê compensação financeira para os produtores rurais que preservam a natureza.



Ministro Carlos Minc pediu ao Congresso que aprove projetos que reforcem posições que Brasil levará para Copenhague

## Projetos incentivam preservação

Dois projetos aprovados em comissões do Senado no primeiro semestre buscam a preservação dos recursos naturais. No início de março, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou proposta (PLS 247/08) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que exige que a madeira utilizada em obras e serviços realizados com recursos públicos pela

administração pública direta e indireta da União, dos estados e municípios seja comprovadamente oriunda de plano de manejo florestal sustentável, devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente.

Em junho, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) acatou proposta do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que modifica o Estatuto da Cidade, para exigir que os municípios

tenham normas de utilização de energia solar nas edificações de uso coletivo, públicas e privadas, sob sua jurisdição.

Pelo PLS 23/04, os edifícios de uso coletivo construídos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) devem adotar prioritariamente sistema de aquecimento de água com a utilização de energia solar, ou de outras formas de energia limpa.

## BIOCOMBUSTÍVEL LIMPO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou em agosto o PLS 213/09, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), determinando que a produção de biocombustíveis deverá ser realizada com a observação de critérios socioambientais, como a não utilização de trabalho infantil ou escravo, e evitando o desmatamento de vegetação nativa.

## PAC SEM ESTUDO AMBIENTAL

Entre os temas que integram a MP 462, o que mais trouxe resistências foi o que permite a realização de obras de rodovias federais existentes que integrem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sem estudos de impacto ambiental. A medida já fora prevista na MP 452, que perdeu validade.

## Projetos aprovados

**PLC 88/09** – Cria cargos de juiz do trabalho no TRT da 2ª Região (SP).

**PLC 89/09** – Cria cargos de juiz do trabalho substituto no TRT da 2ª Região (SP).

**PLC 90/09** – Altera a composição do TRT da 17ª Região (ES).

**PLC 91/07** – Altera a composição do TRT da 7ª Região (CE).

**PLC 94/09** – Altera a composição do TRT da 15ª Região, com sede em Campinas (SP).

**PLC 92/09** – Altera a composição do TRT da 11ª Região (AM/RR).

**PLC 93/09** – Cria cargos de juiz substituto no TRT da 15ª Região, com sede em Campinas (SP).

**PLC 52/09** – Cria número telefônico para uso exclusivo dos conselhos tutelares.

**PLC 95/09** – Cria cargo no TRT da 1ª Região (RJ).

**PLC 126/09** – Cria 230 varas federais destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos juizados especiais federais.

**PLS 253/04**, da CPI Mista da Exploração Sexual – Modifica o Código Penal na parte referente aos

crimes contra os costumes.

**PEC 12/06**, de Renan Calheiros e outros – Modifica a forma de pagamento de precatórios.

**PEC 47/08** – Trata da recomposição das câmaras municipais.

**PLC 34/09** – Inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituição privada de ensino.

**PLC 87/09** – Cria cargos no TRT da 8ª Região (PA).

**PLC 115/09** – Cria cargos no TRT da 20ª Região (SE).

**PLC 117/09** – Cria normas procedimentais aos processos provenientes do Superior Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal Federal.

**PLS 354/09**, do ex-senador Lúcio Alcântara – Institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras.

**PLC 89/09** – Cria cargos de juiz do trabalho substituto no TRT da 2ª Região (SP).

**PLC 29/09** – Obriga a execução semanal do Hino Nacional nas escolas de ensino fundamental.

**PLC 63/09** – Inscreve o nome de Sepé Tiaraju no

Livro dos Heróis da Pátria.

**PLC 37/09** – Torna pública ação penal em razão de injúria pública discriminatória de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

**PLC 29/03** – Estabelece a Política Pesqueira Nacional.

### Aprovados pelo Plenário e enviados à Câmara

**PLV 31/08 (MP 445/08)** – Dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa. Recursos destinados ao financiamento do setor da construção civil.

**PLV 1/09 (MP 447/08)** – Amplia os prazos de pagamento de impostos e contribuições.

**PLV 2/09 (MP 449/08)** – Altera a legislação relativa ao parcelamento de débitos tributários; concede remissão e institui regime tributário de transição.

**PLV 3/09 (MP 450/08)** – Trata da criação do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia

Elétrica (FGEE).

**PLV 7/09 (MP 454/09)** – Transfere ao domínio de Roraima terras pertencentes à União.

**PLV 10/09 (MP 457/09)** – Autoriza a União a parcelar, de 120 a 240 meses, as dívidas municipais vencidas até 31 de janeiro deste ano com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

**PLV 12/09 (MP 460/09)** – Concede benefícios fiscais às construtoras de imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida; reduz impostos para fabricação e importação de motos; aumenta a tributação do cigarro; e permite que o comércio cobre preços diferentes para vendas à vista ou no cartão.

**PLV 13/09 (MP 462/09)** – Amplia repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com o objetivo de superar as dificuldades financeiras desses entes federados, entre outros assuntos.

**PLS 142/05**, substitutivo de Adelmir Santana – Obriga o proprietário de veículo irrecuperável, objeto de sinistro, a requerer a baixa do respectivo registro no prazo de 60 dias.



Área desmatada na Amazônia para a criação extensiva de gado: nova delimitação das áreas de preservação ambiental foi o tema central da discussão

## Debate busca harmonizar produção com preservação

Senado reúne para discussão no Plenário especialistas com o objetivo de aparar arestas entre ruralistas e ambientalistas em relação a possíveis mudanças no Código Florestal

Um grande debate sobre a delimitação de áreas de preservação permanente (APPs) reuniu especialistas e os senadores das 11 comissões no Plenário do Senado, em abril deste ano. A discussão também abordou o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e suas implicações no agronegócio.

A senadora Kátia Abreu (DEM-

TO), que sugeriu a discussão pública, fez questão de dizer logo no início do evento que os agropecuaristas não querem promover devastação ambiental ao defenderem mudanças no Código Florestal (Lei 4.771/65).

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu afirmou que os produtores são contrários ao desmatamento, mas as diversas

regulamentações sobre o assunto no Brasil, de 1934 a 2009, têm condenado os pequenos agricultores à ilegalidade.

– Quase 5 milhões de agricultores rurais estão criminalizados, assentados nas margens dos rios. Ninguém lembrou que margem do rio é APP e que 90% deles estão ilegais – criticou a senadora.

O senador Aloizio Mercadante

(PT-SP) avaliou que o agronegócio foi fundamental para gerar riquezas, mas o setor precisa mudar para atender às exigências de preservação do meio ambiente. Segundo ele, o Brasil tem a oportunidade de servir de exemplo para o restante do planeta, como país que não desmatou toda a sua cobertura vegetal, como a maioria dos países do hemisfério Norte fez.

# CRA

## Mediação com o setor produtivo

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) tem cumprido um papel importante de mediação entre produtores rurais, instituições financeiras e governo, para “destravar” o setor de produção agropecuária e promover o desenvolvimento do país. Essa é a definição feita pelo presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), para os trabalhos da comissão.

O senador destacou alguns dos temas mais relevantes discutidos nos últimos meses, como o aumento dos índices de produtividade, a importação de fertilizantes e a regularização fundiária. Segundo ele, foram debates realizados para fortalecer o entendimento entre os diversos agentes do setor agrícola e pecuário, visando beneficiar a produção brasileira e os trabalhadores. – O agronegócio tem papel relevante na economia do país, responde por um terço do PIB nacional e precisa ter marcos regulatórios bem definidos, além da compreensão de que disputa com um mercado internacional exigente, de grande competitividade – defende.

## Terras na Amazônia

O Senado aprovou em junho a MP 458/09 – transformada pelas emendas da Câmara no Projeto de Lei de Conversão 9/09 –, que regulariza a ocupação de terras da União na Amazônia Legal. A MP permite que a União transfira, sem licitação, terrenos de sua propriedade, com até 1.500 hectares (15 km<sup>2</sup>), aos que detinham posses das áreas antes de 1º de dezembro de 2004. Sancionada como a Lei 11.952/09, a medida provisória regulariza

mais de 60 milhões de hectares na região.

Duas emendas apresentadas pela senadora Marina Silva (PV-AC), e derrotadas por apenas dois votos, ficaram no centro da polêmica que envolveu 30 senadores. Marina propunha que os beneficiários da regularização fossem impedidos de vender as terras em até dez anos. A outra emenda impedia o uso de prepostos para a ocupação da terra, o que abriria espaço para a grilagem.

## Vigília pela floresta

Uma vigília pela preservação da Amazônia aconteceu no Plenário do Senado em maio, com a participação de senadores, deputados, artistas, líderes indígenas e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Os presidentes do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, receberam das mãos da senadora Marina Silva (PV-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, uma lista com nove projetos de lei considerados prioritários

para garantir a preservação da Amazônia. Entre eles está o PLS 3.535/08, que institui a política nacional de mudanças climáticas. Para Marina Silva, os projetos que facilitam a destruição da floresta tramitam rapidamente, enquanto os que protegem o ambiente levam anos para ser examinados.

Também foi entregue o abaixo-assinado “Amazônia para Sempre”, que já contava com mais de 1,1 milhão de adesões.



Segundo Valter Pereira, objetivo da CRA é “destravar” produção agrícola para desenvolver o país

## Projetos aprovados

**PLC 105/03** – Assegura às mães presas e aos recém-nascidos acompanhamento médico no pré-natal e no pós-parto e atendimento clínico ao bebê.

**PDSs 270/08 e 168, 611, 612/09** – Estabelecem a programação monetária relativa aos 4º trimestre de 2008 e aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2009.

**PLC 10/09** – Reabre para os imigrantes em situação irregular o prazo para que solicitem residência provisória no país.

**PLC 111/08** – Caberá ao juiz decidir se o preso deve ou não ser colocado em local diverso dos demais, por medida de segurança, independentemente de sua condição social, profissional ou de seu grau de escolaridade.

**PLC 103/05** – Veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela CLT.

**PLS 383/08**, de Romeu Tuma – Tratamento especial para idosos e portadores de necessidades especiais em locais de votação.

**PLC 118/05** – Cursos de filosofia e teologia

realizados em seminários serão aproveitados em cursos de graduação.

**PLC 75/06** – Inclui o “ensino de arte” no currículo dos vários níveis da educação básica.

**PLC 79/07** – Substitui no Código Penal a expressão “alienada ou débil mental” por “apresenta deficiência mental”.

**PLS 9/02**, da senadora Maria do Carmo Alves – Assegura vagas nas creches e pré-escolas públicas para as crianças com deficiência.

**PLC 81/05** – Dá prioridade à tramitação dos processos judiciais relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

**PLC 104/05** – Obriga as concessionárias de serviços públicos a oferecerem ao consumidor datas opcionais para o vencimento de suas contas.

**PLC 111/05** – Cria a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde.

**PLC 11/06** – No ambiente de trabalho, as partes se obrigam a proceder com probidade e boa fé, gerando cooperação e harmonia.

**PLC 12/08** – Modifica os critérios da tarifa social de energia.

**PLC 137/08** – Aumenta penas para crimes de extermínio e milícia privada.

**PLS 275/08**, da CPI da Pedofilia – Torna crime aproveitar sexualmente de adolescentes expostos à prostituição, exploração sexual ou abandono.

**PLC 95/02** – Obriga os presídios a oferecerem cursos destinados à formação no ensino fundamental e no ensino médio. Torna ainda obrigatória a oferta de cursos e programas de educação profissional aos presos.

**PLC 59/06** – Obriga planos e seguros privados de saúde a fornecerem bolsas de colostomia.

**PLC 48/08** – O início do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial será a data de registro do processo.

**PLC 1/09** – Obriga a desinfecção e esterilização dos instrumentos de barbeiros, manicures, pedicures, tatuadores e aplicadores de piercings.

**PRN 1/04**, de Serys Shlessarenko – Institui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo.

### Aprovados pelo Plenário do Senado e promulgados

**MP 456/09** – Eleva o salário mínimo para R\$ 465.

**MP 461/09** – Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 300 milhões.

**MP 463/09** – Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1,217 milhão.

**PDS 112/08** – Acordo de cooperação com o Paraguai sobre desenvolvimento sustentável e gestão integrada da bacia do rio Apa.

**PDS 115/08** – Acordo de cooperação em comunicação com o Uruguai. O acordo tem por objetivo desenvolver a vinculação recíproca dos sistemas de comunicação dos dois países.

**PDS 139/08** – Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos sobre a abolição da pena de morte.

**PDS 268/08** – Acordo de cooperação financeira

CE

## Novo Plano Nacional de Educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve concentrar esforços nos próximos meses



para organizar as etapas da elaboração, no Congresso, do novo Plano Nacional de Educação. Outra matéria que deve ser objeto de apreciação do colegiado é a proposta do Executivo que cria o vale-cultura.

Essa é a avaliação do presidente da CE, Flávio Arns (sem partido-PR).

O senador (foto) destaca também as reuniões realizadas com diferentes setores governamentais e da sociedade civil com o objetivo de planejar um amplo trabalho para aprimorar as políticas públicas em vigor nas áreas de cultura e esporte.

### PROFESSORES

Os professores da educação básica poderão ser submetidos a avaliações periódicas para testar seu desempenho e suas habilidades em transmitir conhecimentos aos alunos. É o que prevê o PLS 403/07, do ex-senador Wilson Matos, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação. Originalmente, a proposta se destinava apenas aos docentes do setor público, mas emenda da relatora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) estendeu o teste, a cada cinco anos, a todos os professores do ensino fundamental, do ensino médio e das modalidades de educação de jovens e adultos, em instituições públicas e privadas.



Alunos na hora do lanche: MP aprovada pelo Senado estendeu alimentação a todo o ciclo escolar da rede pública

# Ensino médio também terá merenda escolar

Projeto aprovado pelo Senado trouxe diversas novidades para a área educacional, como a compra de 30% dos alimentos na agricultura familiar

O Senado aprovou em junho importantes mudanças na merenda escolar. Primeiro, estendeu também aos alunos das escolas públicas do ensino médio e do ensino médio profissionalizante o Programa Nacional de Alimentação Escolar e determinou que 30% dos alimentos usados na merenda escolar sejam comprados pelo governo federal de agricultores familiares. As mudanças fazem parte do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/09.

Outra medida aprovada pelo Plenário do Senado no mesmo texto incluiu os alunos de ensino médio, moradores em áreas

rurais, entre os beneficiários do programa federal de transporte escolar. Ainda na área de educação, o PLV ampliou para toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) outro programa mantido pela União, o Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Com ele, o governo, por exemplo, distribui recursos para ajudar estados e municípios na manutenção de instalações escolares.

A ampliação para o ensino médio do programa levará alimentos a mais 7 milhões de estudantes, totalizando 43 milhões de alunos atendidos. A relatora-revisora da MP 455/09, senadora Serys

Shlessarenko (PT-MT), lembrou que a medida representa mais R\$ 2 bilhões anuais para financiar o programa de merenda escolar. Por outro lado, a obrigatoriedade da compra de 30% dos alimentos dos pequenos produtores beneficiará 69 mil famílias, destacou o senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

Para a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), essa obrigatoriedade “pode representar um estímulo muito bem-vindo e salutar ao desenvolvimento econômico local”. A iniciativa também foi elogiada pelos senadores João Pedro (PT-AM) e Flávio Arns (sem partido-PR).

### DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

O Senado busca uma nova forma de valorizar ainda mais os professores da educação básica. Foi aprovado pela Comissão de Educação o PLS 4/08, que garante salários equivalentes a pelo menos 70% do que recebem os professores das universidades federais para mestres com a mesma qualificação que aderirem ao regime de dedicação exclusiva. Isso pode significar que um professor da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) com doutorado ganharia no mínimo R\$ 4.550, já que um docente de universidade federal recebe R\$ 6.500 ao obter o título de doutor.

### CESTA BÁSICA DE LIVROS

Depois de aprovado pela CE em maio passado, aguarda decisão da Câmara dos Deputados o projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que sugere ao governo federal criar o programa Cesta Básica do Livro. A ideia é que o Ministério da Educação ofereça, a cada bimestre letivo, a toda família com filhos entre seis e 18 anos que estudem em escolas públicas, dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico. Pelo PLS 278/08, os livros serão escolhidos a partir de uma lista elaborada pelo próprio MEC, com a aprovação do Conselho Nacional de Educação.

## Dedução de gastos com educação

As famílias de classe média deverão ser as maiores beneficiadas pelo projeto que amplia para R\$ 5.700 o limite anual para dedução de gastos com educação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. O PLS 145/09, do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no semestre passado e agora será analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Nas declarações de renda entregues este ano, os contribuintes puderam deduzir um total de R\$ 2.592,29 com gastos com educação. No seu voto favorável à medida, o relator Adelmir Santana (DEM-DF) lembrou que as famílias de classe média muitas vezes optam por matricular seus filhos em escolas particulares “em razão da má qualidade de boa parte do ensino público em nosso país”. Cristovam Buarque (PDT-DF) votou contra. “Me assusta que continuem tirando dinheiro do setor público para financiar os estudos de nossos filhos”, argumentou Cristovam. Já o Ministério Público Federal em São Paulo entrou com ação na Justiça para que as despesas com educação possam ser integralmente deduzidas.

**O limite para dedução de gastos com educação nas declarações de renda deste ano foi de R\$ 2.592,29**

## Projetos aprovados

com a Alemanha, relativo a programa de saneamento básico no Piauí.  
**PDS 269/08** – Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, de 1989.  
**PDS 270/08** – Programação monetária relativa ao 4º trimestre de 2008.  
**PDS 272/08** – Primeiro protocolo adicional ao acordo de complementação econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Mercosul) e Colômbia, Equador e Venezuela (Comunidade Andina).  
**PDS 273/08** – Acordo de cooperação com a Guatemala na área de defesa.  
**PDS 274/08** – Acordo de cooperação técnica sobre procedimentos sanitários e fitossanitários com a Síria.  
**PDS 275/08** – Memorando de entendimento com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) para capacitação em software livre.  
**PDS 276/08** – Tratado com o Suriname sobre

transferência de pessoas condenadas.  
**PDS 277/08** – Acordo para o estabelecimento do Centro-Sul.  
**PDS 278/08** – Acordo de cooperação técnica com Granada.  
**PDS 279/08** – Acordo de cooperação técnica entre Brasil e Barbados.  
**PDS 280/08** – Convenção de extradição entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.  
**PDS 281/08** – Acordo de incentivo ao comércio com a Argélia.  
**PDS 282/08** – Acordo com o Uruguai para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão (RS) e Rio Branco, no Uruguai.  
**PDS 283/08** – Convenção internacional para a prevenção da poluição por navios.  
**PDS 284/08** – Acordo de cooperação em turismo com o Panamá.  
**PDS 285/08** – Acordo de proteção previdenciária

com o Chile.  
**PDS 286/08** – Memorando de entendimento entre Brasil e Moçambique na área de biocombustíveis.  
**PDS 287/08** – Memorando de entendimento com a Suécia sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis.  
**PDS 288/08** – Acordo de cooperação técnica com o Afeganistão.  
**PDS 64/09** – Acordo com a Argentina sobre intercâmbio de estagiários.  
**PDS 65/09** – Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear.  
**PDS 66/09** – Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde.  
**PDS 67/09** – Convenção de transferência de pessoas condenadas entre Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.  
**PDS 68/09** – Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados membros da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.  
**PDS 69/09** – Acordo de combate ao crime com a China.  
**PDS 70/09** – Acordo de assistência jurídica com a Nigéria.  
**PDS 71/09** – Acordo de cooperação técnica com Nauru.  
**PDS 72/09** – Acordo de cooperação comercial com a Argentina.  
**PDS 73/09** – Acordo sobre transporte e navegação marítima com a Argélia.  
**PDS 74/09** – Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional.  
**PDS 73/09** – Acordo com a Argélia sobre transporte e navegação marítima.  
**PDS 74/09** – Acordo de cooperação com a Argentina assinado em 2005.  
**PDS 319/09** – Convenção com o Peru para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.  
**PDS 320/09** – Acordo de cooperação técnica com

# CAS promove debate no 20º aniversário de criação do SUS

Ministro e especialistas do governo e da sociedade já discutiram temas como mortalidade materna, combate ao câncer infanto-juvenil, saúde mental e a reação do governo à epidemia de gripe suína

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) iniciou em maio um ciclo de debates sobre saúde pública, para avaliar e propor soluções para o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que neste ano completa 20 anos de criação. Segundo a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente do colegiado, “a CAS aceitou o desafio de analisar os bons

resultados e também as melhorias ainda necessárias para aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde”.

O ciclo de debates foi aberto em 12 de maio pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Ele falou do combate à gripe suína e ouviu elogios dos senadores à atuação do ministério não apenas no combate à epidemia, mas também à dengue e à malária.

No mesmo encontro foi discutida a situação do Programa Mais Saúde (PAC da Saúde) e pedida a aprovação de projeto de lei (PLS 121/07) de Tião Viana (PT-AC) que assegura recursos mínimos para financiar a saúde pública.

Nesses quatro meses, a CAS discutiu saúde e mortalidade materna, combate ao câncer infanto-juvenil, política nacional de saúde mental, fornecimento

de órteses e próteses pelo SUS, tratamento e prevenção de queimaduras e atendimento a idosos. Estão previstos ainda debates sobre pesquisa e incorporação tecnológica, o impacto das mudanças climáticas globais sobre a saúde, os efeitos da reforma tributária sobre o SUS e as principais endemias que atingem o país, como tuberculose, malária e doença de chagas.

## CAS

### Emendas orçamentárias para a saúde

Como a senadora avalia o trabalho da Comissão de Assuntos Sociais neste ano?



**Rosalba Ciarlini (DEM-RN):**

A CAS tem promovido debates e votações de projetos que são essenciais ao desenvolvimento do país, em áreas como saúde, seguridade social e trabalho. Entre os projetos mais relevantes, destaco as cinco emendas da CAS ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujo foco principal é a saúde, das quais quatro foram apresentadas por senadoras; os projetos que regulamentam diversas profissões, como as de motoboys, mototaxistas e enólogos; a aprovação da proposta que fixa o piso salarial de R\$ 930 para agentes de saúde; e a aprovação da garantia de financiamento para construir e equipar unidades de ensino de educação infantil. Entre os temas discutidos, destaco o ciclo de debates sobre saúde pública (veja ao lado); a regulamentação da jornada de trabalho para comerciários; a busca de uma agenda positiva para o país, com a presença de vários ministros; e o enfrentamento dos reflexos sociais da crise, com a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**E daqui em diante?**

Estamos discutindo saúde indígena; pesquisas e incorporação tecnológica; impactos das mudanças climáticas sobre a saúde e os efeitos da reforma tributária sobre o financiamento do SUS, entre outros.

#### MORTALIDADE MATERNA

Ao falar sobre saúde materna, o representante do Ministério da Saúde, José Luiz Teles, disse que o Brasil teme não cumprir o compromisso de diminuir os óbitos de gestantes e parturientes em 75% até 2015, tomando 1990 como o ano-base, como previsto nas Metas do Milênio da ONU.

#### SAÚDE MENTAL

A Política Nacional de Saúde Mental gerou polêmica. O governo defende a redução dos manicômios e internações, mas a Associação Brasileira de Psiquiatria quer que os médicos sejam ouvidos. Eles defendem a volta de tratamentos convencionais e internações quando necessários.

#### QUEIMADOS

Embora o Brasil tenha índices de país desenvolvido no setor, faltam campanhas nacionais de prevenção de queimaduras, segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ), Flavio Nadruz Novae. Estima-se que exista cerca de 1 milhão de atingidos no Brasil, entre leves e graves.

#### IDOSOS

Para o governo, a implementação das políticas para os idosos, que é prioridade para o SUS, cabe aos municípios. Mas a geriatra Elisa Franco Costa, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, afirmou que é necessário cuidar de perto dos idosos, muito mais sujeitos a doenças.

## Agentes de saúde agora terão piso

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou em agosto o projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que institui o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. A senadora destacou a importância do trabalho desses profissionais para o controle das endemias e epidemias e para a qualidade da saúde pública. O projeto (PLS 196/09) segue para a Câmara e, se aprovado naquela Casa e sancionado pelo presidente da República, vai garantir um salário mínimo de R\$ 930 aos agentes comunitários de saúde.



Atendimento às vítimas de queimaduras foi um dos assuntos abordados em ciclo de debates promovido pela CAS

## Combate à gripe suína recebe reforço

Em 8 de julho, com a aprovação de duas medidas provisórias (MPs), o Congresso autorizou o governo federal a gastar mais R\$ 1,5 bilhão. A MP 461/09 destinou R\$ 129,8 milhões para enfrentar a epidemia da gripe suína e R\$ 300 milhões à assistência aos atingidos pelas

enchentes ocorridas entre outubro de 2008 e março de 2009 em vários estados.

Já a MP 463/09 abriu crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1,2 bilhão. A maior parte, R\$ 1,087 bilhão, será aplicada

na recuperação da infraestrutura de estados atingidos pelas enchentes, especialmente no Norte e Nordeste. Também estão reservados R\$ 31,1 milhões para segurança pública nas rodovias federais e R\$ 2,1 milhões para conservação e recuperação dos biomas brasileiros.

## Projetos aprovados

Zâmbia.

**PDS 387/09** – Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

**PDS 388/09** – Memorando de entendimento com a Venezuela no campo da cooperação científica e tecnológica.

**PDS 391/09** – Protocolo de cooperação com a França na criação de um fórum franco-brasileiro do ensino superior e da pesquisa.

**PDS 392/09** – Acordo com El Salvador sobre isenção de vistos em passaportes comuns.

**PDS 393/09** – Protocolo de cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa.

**PDS 394/09** – Acordo de cooperação econômica e de comércio com o Cazaquistão.

**PDS 395/09** – Acordo de cooperação técnica com Ruanda.

**PDS 398/09** – Acordo com o Equador sobre cooperação no domínio da defesa.

**PDS 399/09** – Acordo com a Bolívia para

construção de ponte internacional.

**PDS 400/09** – Protocolo modificativo do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no Mercosul.

**PDS 432/09** – Primeiro protocolo adicional ao acordo de complementação entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (estados parte do Mercosul) e Peru.

**PDS 498/09** – Acordo com a Rússia sobre proteção de tecnologia para exploração espacial.

**PDS 476/09** – Convênio complementar ao convênio de seguridade social com a Espanha.

**PDS 482/09** – Estatuto emendado da conferência de Haia de Direito Internacional Privado.

**PDS 485/09** – Acordo com a Índia sobre exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular.

**PDS 486/09** – Protocolo de Assunção sobre compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos do Mercosul.

**PDS 489/09** – Acordo com a Hungria sobre o

exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico.

**PDS 490/09** – Texto da Medida I (2003) – secretariado do Tratado da Antártida, adotado durante a 26ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida.

**PDS 495/09** – Acordo com Israel na agropecuária.

**PDS 501/09** – Acordo Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre Brasil, África do Sul e Índia.

**PDS 504/09** – Acordo com a Espanha sobre centros culturais.

**PDS 510/09** – Acordo para criar faixa *non aedificandi* em zonas urbanas entre Brasil e Paraguai.

**PDS 483/09** – Acordo de assistência mútua com Israel para o setor aduaneiro.

**PDS 487/09** – Aprova texto do Conselho do Mercado Comum que cria o fundo de

financiamento educacional do Mercosul.

**PDS 493/09** – Acordo com a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte sobre atividades remuneradas por dependentes de pessoal diplomático e consular.

**PDS 494/09** – Acordo com a Espanha sobre atividades econômicas remuneradas por dependentes de pessoal diplomático e consular.

**PDS 505/09** – Tratado de cooperação com o México sobre matéria penal.

**PDS 507/09** – Aprova emendas à Convenção Internacional sobre normas para formação e treinamento de tripulantes de navio mercante.

**PDS 509/09** – Aprova o Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

**PRS 8/09** – Autoriza o Ceará a realizar operação de crédito externo.

**PRS 9/09** – Modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada das operações de crédito interno e externo dos estados

# Regulamentadas as atividades de motoboy e mototaxista

Projeto aprovado pelo Senado ainda incluía a profissão de motovigia, mas dispositivo foi vetado pelo presidente Lula quando ele sancionou a lei, em julho passado. Prefeituras vão dar as autorizações

O Plenário do Senado aprovou, em julho, a regulamentação das atividades de mototaxista, motoboy e motovigia, mas o presidente Lula, ao sancionar a lei, vetou o artigo que trata dos motovigias. De todo modo, o funcionamento desses serviços – considerados pelos senadores muito úteis, especialmente nas pequenas cidades do interior – depende ainda de autorização a ser dada pelas prefeituras.

Para exercer a profissão, o motoboy ou mototaxista terá que ser maior de 21 anos e condutor de motocicleta há dois anos, além de passar em um curso a ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Motoboys e mototaxistas deverão trabalhar vestindo colete dotado de refletos e, no caso do motofrete, será necessária a autorização do órgão de trânsito para circular e a instalação de equipamentos de segurança, a serem inspecionados semestralmente, além de identificação especial.

Será proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões, com exceção do gás de cozinha e de



Segundo o relator do projeto, senador Expedito Júnior, há mais de 2,5 milhões de motoboys e mototaxistas no país

água mineral, desde que com o auxílio de carrinho próprio. Cabe ao Contran e aos poderes estaduais e municipais a regulamentação dos aspectos relacionados à segurança de condutores e

passageiros de mototáxis.

– Com a regulamentação da profissão, teremos mais de 2,5 milhões de trabalhadores reconhecidos e, portanto, fora da clandestinidade. Esses profissio-

nais esperam por esse momento há mais de dez anos. É justo que agora consigam ver sua atividade regulamentada – comemorou Expedito Júnior (PR-RO), relator do projeto.

## Prioridade aos direitos sociais na Constituição

Garantir que o administrador público, em qualquer nível, priorize o atendimento dos direitos sociais de todos os cidadãos na hora de investir os recursos públicos é o que pretende proposta de emenda à Constituição aprovada em primeiro turno pelo Plenário em abril (PEC 29/03). Antes de seguir à Câmara, a PEC ainda precisa ser votada em segundo turno pelo Plenário.

O projeto, proposto por Lúcia Vânia (PSDB-GO), determina

que o administrador público deverá cumprir um plano de metas, denominadas "macro-sociais", que irão definir as prioridades gerenciais na área social, a exemplo do que acontece com as metas fiscais e macroeconômicas.

O cumprimento dessas metas macro-sociais será verificado a partir do atendimento do Índice de Responsabilidade Social, definido pela PEC. Uma lei complementar deverá estabelecer os parâmetros para avaliar as

ações que interessam às camadas mais pobres da população, de modo que a ação do Estado promova uma melhora significativa na qualidade de vida da população.

– É preciso avançar mais na área social, no que diz respeito à eficiência e à eficácia das políticas públicas hoje executadas pelo Estado – afirmou Lúcia Vânia.

A senadora lamentou que, atualmente, os programas sociais, em geral, sofram diversos

problemas, tais como: falta de continuidade e transparência, desperdício de recursos, excesso de marketing para fins eleitorais, e eficiência e eficácia baixas.

Segundo o relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Tasso Jereissati (PSDB-CE), o texto seria o primeiro passo rumo à criação de uma Lei de Responsabilidade Social, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje estabelece regras para os gastos públicos.

### IR SEM JUROS

O contribuinte poderá optar por parcelar o saldo do Imposto de Renda a pagar em até nove parcelas mensais iguais, sem juros ou correção. A lei, sancionada pelo presidente da República, resulta de projeto (PLS 59/09) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em agosto. A legislação anterior previa o parcelamento em até oito vezes, com juros e correção, dependendo do valor a ser pago. Para Colombo, a ideia é diminuir a prestação do complemento do imposto a ser pago depois da declaração, "sacrifício que recai basicamente sobre os assalariados".

### CONTAS A PAGAR

Empresas de água, luz, telefone, gás e outros serviços públicos poderão ter que oferecer ao consumidor ou usuário pelo menos seis datas para o vencimento das contas. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara 104/05, aprovado em julho pelo Plenário do Senado.

Pelo texto, tanto as pessoas físicas quanto as microempresas e empresas de pequeno porte terão o direito de escolher entre as seis opções oferecidas pelas concessionárias de serviço público da União, Distrito Federal, estados e municípios. A empresa que desrespeitar os direitos dos usuários e consumidores estará sujeita a sanções.

### CONTA-SALÁRIO

O direito de escolher em que banco, agência e conta o trabalhador quer receber o salário pode estar mais perto. A Comissão de Assuntos Sociais aprovou em julho projeto que tira do empregador o poder de impor o banco ao empregado.

O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), construiu o que se chama de texto substitutivo, reunindo em uma só proposta o melhor de dois projetos de 2004 (PLSs 176 e 340), dos senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Pelo texto, caberá ao trabalhador privado, ao servidor público e ao aposentado ou pensionista indicar a instituição bancária de sua preferência para receber seus vencimentos.

## Projetos aprovados

e municípios e do Distrito Federal.

**PRS 11/08** – Trata do exame dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal 39, de 1992.

**PRS 15/09** – Autoriza a União a realizar empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$ 83,450 milhões para financiar parcialmente a expansão do programa Saúde da Família.

**PRS 18/09** – Altera a disciplina da concessão de passagens aéreas aos senadores.

**PRS 20/09** – Autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 168 milhões.

**PRS 21/09** – Autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o BID no valor de até US\$ 409 milhões.

**PRS 25/09** – Autoriza o município de Porto

Alegre (RS) a contratar financiamento junto ao BID.

**PRS 31/09** – Autoriza o estado de São Paulo a contratar crédito externo com o BID no valor de US\$ 194 milhões.

**PRS 32/09** – Autoriza o Espírito Santo a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 71,5 milhões.

**PRS 33/09** – Autoriza o estado do Rio de Janeiro a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 211,6 milhões.

**PRS 34/09** – Autoriza o município do Recife (PE) a contratar crédito externo junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 32,76 milhões.

**PRS 35/09** – Autoriza o município de Caxias do Sul (RS) a contratar crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento no valor de US\$ 28,8 milhões.

**PRS 40/09** – Autoriza o Distrito Federal a contratar operação de crédito externo com o BID no valor de US\$ 130 milhões.

**PRS 41/04** – Institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.

**PRS 41/09** – Autoriza o Pará a contratar operação de crédito externo com o BID no valor de US\$ 10 milhões.

**PRS 42/09** – Autoriza o Amazonas a contratar crédito externo junto ao BID no valor de US\$ 77 milhões.

**PRS 43/09** – Autoriza o Distrito Federal a contratar crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF) no valor de US\$ 60 milhões.

**PRS 44/09** – Autoriza o estado do Ceará a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 103 milhões.

**PRS 45/09** – Autoriza o estado de São Paulo a contratar crédito externo com o Banco Mundial no valor de US\$ 166,65 milhões.

**PRS 46/09** – Autoriza o estado de Minas Gerais a contratar crédito externo com o BID no valor de US\$ 10 milhões.

**PRS 54/09** – Autoriza a contratação de operações de crédito externo, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos.

**PRS 55/09** – Aprova a contratação de crédito externo com um consórcio formado por bancos internacionais.

**PRS 56/09** – Autoriza a contratação de operação de crédito externo entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e o Bird, para financiar o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios.

### Aprovados no Congresso Nacional, foram à sanção

**PLN 38/08** – Estima a receita e fixa a despesa da União para 2009.

**PLN 56/08** – Crédito de R\$ 20 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

**PLN 66/08** – Crédito de R\$ 73 milhões para os ministérios do Planejamento e das Cidades.

## ASSOCIAÇÕES

As associações de moradores poderão ficar isentas de taxas cartoriais para fazer os registros necessários ao seu enquadramento nas regras do novo Código Civil e à sua qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). É o que prevê projeto (PLS 100/06) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça. O relator Jayme Campos (DEM-MT) considerou a iniciativa conveniente, observando que direitos semelhantes já foram assegurados às microempresas, para registro de declarações, e aos reconhecidamente pobres, nas certidões de nascimento e óbito.

## ESCRITURAS

As escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio consensual poderão ser obtidas apenas com a assistência de um defensor público, desde que todos os interessados sejam judicialmente capazes, diz projeto aprovado pelo Plenário do Senado em junho, sancionado em julho pelo presidente da República e convertido na Lei 11.965/09. Além disso, segundo o PLC 110/08, esses e outros documentos feitos pelos cartórios deverão ser oferecidos gratuitamente para as pessoas que se declararem pobres. O texto anterior do Código de Processo Civil exigia que um juiz homologasse as escrituras.

## VESTIBULARES

O projeto que proíbe as universidades públicas de cobrarem taxas de inscrição para vestibulares de alunos carentes, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi aprovado em abril, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça. Pelo texto (PLS 120/03), fica proibida a cobrança de qualquer valor relativo a inscrição em vestibulares nas instituições federais de candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública ou que possuam renda familiar inferior a dois salários mínimos. O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.



Comunidade carente no Rio de Janeiro: descontos agora serão concedidos apenas em função da renda familiar

## Senado muda regra da tarifa social de energia

Vinte e dois milhões de pessoas devem se beneficiar com projeto que, modificado pelo Plenário, precisa ser novamente votado pelos deputados

O Plenário do Senado aprovou em julho novas regras para a concessão de descontos na tarifa de energia elétrica para pessoas de baixa renda. O PLC 12/08 – que sofreu modificações e, por isso, volta à Câmara – deixa de levar em conta o consumo, como ocorre atualmente, e passa a considerar a renda das famílias. Se a Câmara aprovar o texto, 22 milhões de pessoas deverão ser beneficiadas com descontos entre 10% e 100%.

Atualmente, a Tarifa Social

de Energia Elétrica concede descontos entre 10% e 65% aos consumidores atendidos por instalação monofásica, que utilizam até 80 kWh por mês, independentemente de renda. Também têm descontos as famílias inscritas em programas sociais do governo federal que consomem entre 80 e 200 kWh mensais e renda *per capita* de até R\$ 120.

Os descontos passam a ser concedidos em função da renda para evitar que famílias com renda média e alta pudessem se

beneficiar da tarifa social. Terão direito ao benefício os consumidores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo nacional, hoje R\$ 232,50.

Os primeiros 30 kWh/mês terão desconto de 65%. Para a parcela compreendida entre 31 e 100 kWh/mês, a redução será de 40%; e para a faixa entre 101 e 220 kWh/mês, o desconto será de 10%. Acima de 220 kWh/mês, não haverá abatimento.

## Mendigar não é mais contravenção

Uma lei de julho, aprovada no mês anterior pelo Plenário do Senado, retirou a mendicância do rol das contravenções penais. O Projeto de Lei da Câmara 75/05 revogou o artigo 60 do Decreto-Lei 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais) e foi sancionado pelo presidente Lula, convertendo-se na Lei 11.983/09.

No projeto, o autor, ex-deputado Orlando Fantazzini Neto, diz que considerar a mendicância contravenção penal é “surreal, tendo em vista a realidade social do país, caracterizada por uma das piores distribuições de renda

do planeta”. Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o projeto permitirá maior proteção dos direitos humanos.

A lei previa pena de 15 dias a três meses de prisão para a mendicância. Ela podia aumentar de um sexto a um terço, se praticada “de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento”, ou quando a pessoa simula estar doente ou ter alguma deficiência, ou se estivesse acompanhada de um menor.

CDH

## Visibilidade a temas “escondidos”

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, senador Cristovam Buarque



(PDT-DF), espera, para as próximas reuniões da comissão, grandes debates sobre os direitos à saúde, ao emprego e à alfabetização, entre outros.

Ao fazer uma avaliação dos trabalhos do colegiado, Cristovam (foto) explica que poucos projetos passam pela CDH e nem sempre as reuniões chegam a uma conclusão, mas dão visibilidade a temas “que estão escondidos”. Essa, para o senador, é uma característica particular do colegiado.

– Não é uma comissão que tenha muitos projetos. É mais uma comissão de grandes debates, não apenas de decisões e análise de projetos de lei, mas, sobretudo, uma comissão de debates – observa.

Para ele, o número de propostas não significa pouca representatividade da CDH. Pelo contrário, Cristovam Buarque acredita que a importância dada pelo colegiado a temas pouco debatidos garante respeito e voz aos cidadãos. Cita como exemplo a privação à alfabetização, considerada pelos membros da comissão uma das diferentes formas de tortura que devem ser combatidas pelos senadores. – Ser analfabeto é uma forma de ser torturado. Se o direito humano proíbe a tortura, deve fazer todo o possível para que ninguém fique privado da alfabetização – conclui.

## Projetos aprovados

**PLN 69/08** – Crédito de R\$ 7,6 milhões para o Ministério da Saúde.

**PLN 79/08** – Crédito de R\$ 122,3 milhões para os ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.

**PLN 84/08** – Crédito de R\$ 142,5 milhões para o Senado, Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho, Presidência da República e Ministério Público da União.

**PLN 84-A/08** – Crédito de R\$ 7,1 milhões para o Senado, Justiça Eleitoral e Ministério Público.

**PLN 1/09** – Crédito de R\$ 492 milhões para a Presidência da República.

**PLN 2/09** – Crédito suplementar de R\$ 37 milhões em favor da Eletrobrás.

**PLN 3/09** – Crédito especial em favor de empresas do grupo Eletrobrás, no valor total de R\$ 310,5 milhões.

**PLN 4/09** – Crédito de R\$ 5,25 bilhões para financiar o programa Minha Casa, Minha Vida.

**PLN 5/09** – Crédito especial de R\$ 25 milhões

para o Ministério das Relações Exteriores.

**PLN 6/09** – Crédito de R\$ 43,5 milhões para investimento em aeroportos.

**PLN 7/09** – Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 (LDO).

**PLN 8/09** – Crédito especial de R\$ 1 bilhão em favor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O intuito é compensar os municípios pela variação negativa dos repasses do FPM ocorrida neste ano.

**PLN 10/09** – Crédito de R\$ 42 milhões para o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, em Porto Alegre.

**PLN 11/09** – Crédito de R\$ 149 milhões para a base de lançamento em Alcântara (MA) e para os centros vocacionais tecnológicos.

**PLN 12/09** – Crédito suplementar de R\$ 638,2 milhões em favor do Ministério das Cidades.

**PLN 13/09** – Crédito especial de R\$ 886,3 milhões para a Presidência da República e os ministérios dos Transportes, da Integração

Nacional e das Cidades.

**PLN 14/09** – Crédito de R\$ 305 milhões para o Ministério da Defesa.

**PLN 17/09** – Crédito de R\$ 300 mil para o Ministério da Saúde.

**PLN 19/09** – Crédito especial de R\$ 103,2 milhões para a Dataprev.

**PLN 21/09** – Crédito especial de R\$ 39,6 milhões para a Companhia Docas do Rio de Janeiro.

**PLN 23/09** – Crédito suplementar de R\$ 301,9 milhões em favor dos ministérios da Justiça e da Defesa.

**PLN 24/09** – Crédito suplementar de R\$ 501,5 milhões em favor do Ministério da Fazenda.

**PLN 25/09** – Crédito especial de R\$ 119,1 milhões em favor da Justiça Eleitoral, Justiça do DF e Territórios, Presidência da República e Ministério Público da União.

### Vetos

O Congresso Nacional votou um total de 1.038

vetos do presidente da República a diversos projetos de lei.

### Aprovado pelo Congresso Nacional, foi promulgado

**PRN 5/08** – Cria a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

### Indicações aprovadas pelo Plenário

Paulo Lopes Varella Neto – Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Herbert Drummond – Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Nelson José Hubner Moreira – Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Maria Cecília Martins Brito – Reconduzida ao cargo de diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Tiago Pereira Lima – Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

João Batista de Rezende – Conselheiro da Agência

CDR

## Plano de crescimento para o Nordeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) organizou uma série de debates sobre o Nordeste visando elaborar um plano de crescimento econômico e social para a região. As audiências públicas também servirão de subsídio para uma proposta semelhante voltada para a região Norte e o Meio-Norte, que abrange Maranhão, Ceará e Piauí. O presidente da comissão (foto), senador



Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que, com as audiências, a comissão "ganhou uma nova dinâmica". Entre os temas debatidos, Quintanilha ressaltou o efeito das enchentes que ocorreram no Norte e Nordeste no primeiro semestre deste ano. Os debates contaram com a presença de ministros de Estado, bem como dos governadores dos estados afetados. Já foi iniciada também a fase pré-Copa do Mundo, em que os senadores começaram a discutir a recepção dos turistas de todo o mundo que virão ao Brasil assistir à competição, em 2014. O senador observou que o evento vai demandar ações em todos os municípios brasileiros e não apenas nas cidades em que ocorrerão os jogos. Quintanilha informou que a comissão deve dar ênfase à preparação do país para a Copa, o que inclui as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a melhoria da infraestrutura e qualificação da mão de obra do setor turístico. O objetivo, enfatizou, é atender melhor o turista estrangeiro e estimular o brasileiro a conhecer o seu país.

# Prefeituras receberão por perdas com a crise

Um bilhão de reais a mais será repassado ao Fundo de Participação dos Municípios para atenuar efeitos da queda de arrecadação federal

O Senado aprovou no início de setembro o repasse de R\$ 1 bilhão a mais para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a fim de compensar perdas nas receitas dos municípios por conta da diminuição da arrecadação federal com os incentivos dados para incentivar setores da economia e aliviar os efeitos da crise financeira mundial.

A intenção é que sejam assegurados, neste ano, os mesmos valores repassados pelo FPM em 2008. Para isso, o Congresso

Nacional aprovou, em maio, a Lei 11.939/09, que inclui no Orçamento federal um crédito especial de R\$ 1 bilhão para essa finalidade.

A mesma Medida Provisória 462/09, transformada no Projeto de Lei de Conversão 13/09, trata ainda de dezenas de outros assuntos, como o reforço de R\$ 4 bilhões para o Fundo de Garantia para a Construção Naval e a autorização para que os municípios que administram o Bolsa Família descontem até 3% dos repasses federais para cobrir despesas

com o programa.

O texto autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a utilizar recursos federais até o final de 2012 em obras de conservação de rodovias que foram repassadas aos estados desde 2002.

A medida provisória determina ainda que os gastos das empresas com planos de saúde para empregados e vale-transporte não têm natureza salarial e, por isso, não fazem parte da base para a cobrança de FGTS ou de contribuição previdenciária.



LENINE MARTINS/SECOM-MT

Mudanças no texto feitas pelos congressistas estenderam o programa habitacional a todos os municípios do Brasil

## Congresso amplia e melhora o Minha Casa

Com a meta de construir 1 milhão de novas moradias para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos (R\$ 4.650), o programa Minha Casa, Minha Vida foi aprovado pelo Plenário do Senado e sancionado pelo presidente Lula como a Lei 11.977/09.

Mas mudanças feitas pelo Congresso na medida provisória original foram importantes. Uma delas ampliou o programa a famílias que residem em qualquer município do país.

Pelo texto do Executivo, o programa beneficiaria somente municípios com mais de 100 mil habitantes. Outra mudança estabelece que seja destinado R\$ 1 bilhão para atender municípios com população de até 50 mil habitantes, com foco nos que têm renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 1.395).

O déficit habitacional brasileiro é estimado em 7,2 milhões de moradias, segundo dados de 2007 da Fundação João Pinhei-

ro. Cerca de 82% do déficit está em áreas urbanas. As famílias com renda até dez salários mínimos somam 99,1% do déficit habitacional.

O Minha Casa, Minha Vida compreende o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), além de autorizar a União a transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

## Nova PEC viabilizará precatórios

A PEC dos Precatórios (PEC 12/06), com regras para tornar efetivo o pagamento das dívidas em atraso dos estados e municípios, foi aprovada em junho pelo Senado e enviada à Câmara. A fórmula adotada leva em conta a capacidade de os cofres estaduais e municipais honrarem o compromisso e oferece a oportunidade de pagamento com deságio do valor de alguns desses títulos judiciais. O total das dívidas com precatórios está acima de R\$ 100 bilhões, de acordo com a relatora da proposta, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

A disputa, agora, se transfere para a Câmara, onde a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promete lutar contra a PEC, por considerá-la injusta e uma institucionalização do calote. Ainda assim, a CCJ da Câmara já admitiu a constitucionalidade da proposta, com algumas alterações.

A OAB condena o mecanismo de leilão de deságios, pelo qual recebe antes o credor que aceitar um desconto maior do que tem a receber em precatórios. Já a Frente Nacional de Prefeitos, por exemplo, acusa os advogados de atuarem em um mercado paralelo de precatórios em que pessoas com direito a receber os recursos, cansadas de esperar, vendem seus direitos por até 10% do total que têm a receber.

A PEC original foi apresentada em 2006 pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a partir de um trabalho do Supremo Tribunal Federal (STF). A intenção é permitir que prefeituras e governos estaduais planejem os pagamentos, vinculando um percentual da receita corrente líquida a cada ano para pagar essas dívidas em atraso.

## Projetos aprovados

Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ivo Borges de Lima – Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Manoel Rangel Neto – Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine) para o biênio 2009/2010. Paulo Xavier Alcoforado – Diretor da Ancine. Glauber Piva Gonçalves – Diretor da Ancine. Marcelo da Costa Pinto Neves – Representante do Senado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para o Conselho Nacional de Justiça – Cláudio Barros Silva, Paulo de Tarso Tamburini Souza, Leomar Barros Amorim de Sousa, Walter Nunes da Silva Júnior, Milton Augusto de Brito Nobre, José Adônis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Ives Gandra Martins Filho, Morgana de Almeida Richa. Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-geral da República, na vaga decorrente do término do mandato de Antonio Fernando Souza. José Rômulo Plácido Sales – Defensor público-geral da União. Dalvino Troccoli Franca – Recondicionado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo – Procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Embaixadores: Paulo Antonio Pereira Pinto –

Maria Ester Henrique Tavares, Achilles de Jesus Siquara Filho, Sandro José Neis, Taís Schilling Ferraz, Bruno Dantas Nascimento, Paulo de Tarso Tamburini Souza, Cláudio Barros Silva, Leomar Barros Amorim de Sousa, Walter Nunes da Silva Júnior, Milton Augusto de Brito Nobre, José Adônis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Ives Gandra Martins Filho, Morgana de Almeida Richa. Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-geral da República, na vaga decorrente do término do mandato de Antonio Fernando Souza. José Rômulo Plácido Sales – Defensor público-geral da União. Dalvino Troccoli Franca – Recondicionado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo – Procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Embaixadores: Paulo Antonio Pereira Pinto –

Azerbaijão. Renate Stille – Nova Zelândia. Marcela Maria Nicodemos – Armênia. Antonio Fernando Cruz de Mello – Ucrânia e, cumulativamente, Moldávia. José Vicente da Silva Lessa – Namíbia. Arthur Vivacqua Correa Meyer – São Tomé e Príncipe. Manoel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior – Indonésia. José Fiúza Neto – Guiné e, cumulativamente, Serra Leoa. Antônio Carlos do Nascimento Pedro – Sudão. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges – Congo. Armando Vitor Boisson – Finlândia e, cumulativamente, Estônia. Luiz Gilberto Seixas de Andrade – Guiana. João Solano Carneiro da Cunha – República Dominicana. Mario da Graça Roiter – Honduras. Henrique da Silveira Sardinha Pinto – Argélia.

Roberto Abdalla – Kuaite e, cumulativamente, Bareine. Alfredo César Martinho Leoni – Paquistão e, cumulativamente, Tadjiquistão e Afeganistão. Ricardo Luiz Viana de Carvalho – Bangladesh. Brian Michael Fraser Neele – Antígua. George Ney de Souza Fernandes – Grande Jamaríhriya Árabe Popular Socialista da Líbia. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Foutoura – República Libanesa. Paulo Wangner de Miranda – Granada. Appio Claudio Muniz Acquarone Filho – Barbados. Orlando Galvêas Oliveira – Camarões. Francisco Carlos Soares Luz – Tanzânia. Everton Vieira Vargas – Alemanha. Frederico Salomão Duque Estrada Meyer – Cazaquistão, Turcomenistão e Quirquiz. José Viegas Filho – Itália e, cumulativamente, San Marino e Albânia. Arnaldo Carrilho – República Popular Democrática da Coreia.

## Dívidas das prefeituras com o INSS

A União poderá parcelar de 120 a 240 meses as dívidas das prefeituras, vencidas até 31 de janeiro deste ano, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme a Lei 11.960/09, sancionada com vetos pelo presidente Lula.

Na sanção, foram vetadas algumas emendas do Congresso à medida provisória que originou a lei (MP 457/09, depois PLV 10/09), entre elas a forma de correção das dívidas. O Congresso defendia o uso da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 6,25% ao ano, mas ficou valendo mesmo a taxa Selic (8,65% ao ano).

Calcula-se que 1.200 municípios poderão pleitear a renegociação de dívidas, que somam R\$ 22,1 bilhões.

– É o caminho que se tem para que os municípios voltem a cumprir seus pagamentos previdenciários – afirmou Valter Pereira, relator da medida provisória no Senado.

## Cassação de prefeitos será simplificada

O Senado aprovou em junho passado o projeto de lei (PLC 22/05) que dispensa a necessidade de leitura integral do processo nos casos de pedido de cassação de prefeito, o que podia levar horas, senão dias. Agora, somente serão lidas as partes que forem solicitadas pelos vereadores e pelo prefeito denunciado. Até julho passado, quando foi sancionada a Lei 11.966/09, era obrigatória a leitura de todos os autos.

De acordo com o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Demostenes Torres (DEM-GO), além de dar maior velocidade ao processo, a medida também eliminará um artifício usado pelos acusados, pois a leitura integral servia de subterfúgio “para esvaziar a sessão da câmara de vereadores”.

# PECs dos vereadores perto da aprovação

As duas emendas constitucionais aumentam em mais de 7 mil as vagas nas câmaras municipais, mas também limitam os gastos dos legislativos

Depois de cinco anos de expectativa dos municípios, o Congresso deve promulgar nos próximos dias duas emendas constitucionais que alteram as regras de funcionamento das câmaras municipais de todo o país. Uma delas aumenta em mais de 7 mil o número de vereadores e a outra limita os gastos dos legislativos municipais.

A aprovação das emendas à Constituição só foi possível depois que o Senado acatou em

junho a Proposta de Emenda à Constituição 47/08 – conhecida como PEC Paralela dos Vereadores –, que limita os gastos das câmaras municipais. As despesas, incluídos os salários dos parlamentares e excluída a folha de servidores inativos, não poderão ultrapassar 7% da receita tributária para municípios de até 100 mil habitantes e 3,5% para aqueles com mais de 8 milhões de habitantes.

O relatório final do senador Valter Pereira (PMDB-

MS) manteve a proibição de que as câmaras municipais gastem mais de 70% de sua receita com pagamento de pessoal, incluindo os salários dos vereadores. No texto, os percentuais de gastos (veja *info em www.senado.gov.br/comunica/agencia/infos/pec\_vereadores.swf*), que incluem os subsídios de vereadores e excluem gastos com inativos, são calculados sobre a receita tributária, acrescida das transferências da União.

VALTER CAMPANATO/ABR



Marcha dos Prefeitos voltou a reivindicar a aprovação de leis para melhorar a administração dos municípios

## Prefeitos pedem e Senado atende

Pela 12ª vez, os prefeitos, reunidos na Confederação Nacional dos Municípios (CNM), estiveram em Brasília em julho para novamente pedir, do Executivo e do Legislativo, medidas para melhorar a administração e as finanças das cidades.

Muitas delas foram votadas pelos senadores desde então, como a regulamentação da profissão de mototaxista e o aumento do número de

vereadores. A simplificação da Lei das Licitações (Lei 8.666/93), prevista no PLC 32/07, também demandada pelos prefeitos, está próxima da votação no Senado.

Em meio à queda de arrecadação causada pela crise econômica internacional, os prefeitos apontaram que as contas municipais estão em situação ainda pior, apesar de um estudo da própria CNM mostrar a arrecadação

das prefeituras de cidades médias e grandes reagindo melhor que a dos estados e da União.

Os milhares de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores pediram a aprovação de projetos que permitam uma repartição da carga tributária que privilegie os municípios e mais recursos para saúde, como previsto na regulamentação da Emenda Constitucional 29.

CAE

## Garibaldi: comissão precisa inovar

Como o senhor, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, avalia o trabalho do colegiado neste ano?



**Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN):** Sou exigente, inclusive para não me acostumar com a rotina. Por isso, para fazer uma análise mais acurada, acho que foi apenas razoável. A comissão precisa inovar e melhorar.

### Quais foram os projetos e debates mais relevantes?

Muitos dos projetos que tramitam na CAE preveem a isenção de tributos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para estimular determinadas atividades econômicas. Apesar de rotineira, merece ser destacada a aprovação de vários financiamentos para estados e municípios, que tramitam obrigatoriamente na CAE. Nos debates, ressaltem-se os que trataram da criação de órgãos de incentivo ao turismo semelhante à Confederação Nacional do Comércio, ao Senac e ao Sesc. O pré-sal também foi tema de importantes discussões sobre o marco regulatório para o setor; esse, aliás, é um tema que vamos debater mais profundamente na CAE.

### Quais são as prioridades do colegiado daqui em diante?

Atualizar o conjunto de projetos que se tornaram ultrapassados por tratarem de providências que já foram adotadas. Não podemos continuar votando matérias que não têm mais razão de ser.

## Projetos aprovados

Luiz Felipe de Seixas Corrêa – Vaticano e, cumulativamente, Malta.  
Edmundo Sussumu Fujita – Coreia.

### Aprovados pelas comissões e enviados à Câmara

**PLS 359/04**, de Augusto Botelho – Determina aos órgãos e entidades da administração pública o uso da rede mundial de computadores nos procedimentos licitatórios e atos subsequentes.

**PLS 173/01**, de Alvaro Dias – Garante à vítima e à testemunha de delito novas formas de proteção, como a de o depoente não falar na presença do acusado, ou de familiares ou amigos dele; e de depor encapuzado ou usando microfone com modificador de voz.

**PLS 671/07**, de Expedito Júnior – Estabelece que as Mesas da Câmara e do Senado, o presidente da República e os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público ficam autorizados a divulgar, pela internet, os gastos destinados ao reembolso

no exercício de suas funções – as chamadas verbas indenizatórias.

**PLS 184/03**, de Aloizio Mercadante – Estabelece que o hasteamento da Bandeira Nacional pode ser obrigatório durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana, para os alunos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio.

**PLS 120/03**, de Aloizio Mercadante – Determina o fim da cobrança de taxas de inscrição em vestibulares das instituições federais de ensino superior no caso de estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola pública ou com renda familiar inferior a dois salários mínimos.

**PLS 209/07**, de Eliseu Resende – Dispõe sobre as situações nas quais é obrigatória a implantação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias.

**PLS 100/06**, de Serys Slhessarenko – Isenta associações de moradores de taxas cobradas por registros civis em cartório.

**PLS 136/03**, do ex-senador Paulo Octávio – Autoriza a produção e a guarda da escrituração contábil das empresas exclusivamente em meio eletrônico.

**PLS 244/09**, de Ideli Salvatti – Reconhece as atividades dos papiloscopistas e equivalentes, que prestem serviço em órgãos públicos, como atividades típicas da perícia oficial.

**PLS 692/07**, de Kátia Abreu – Modifica o Código Civil e o Código de Processo Civil para assegurar o direito de visita dos avós aos netos.

**PLS 347/08** – Altera o Código de Processo Civil para fixar em 60 dias o prazo para a proposta do processo principal, a partir da efetivação da medida cautelar concedida em procedimento preparatório.

**PLS 171/06**, de Valdir Raupp – Impõe ao corretor o dever de prestar ao cliente todos os esclarecimentos sobre a segurança ou o risco do negócio, as alterações de valores e outros fatores que possam influir nos resultados de sua

atividade.

**PLS 362/05**, de Pedro Simon – Altera o Estatuto do Idoso para atribuir ao Ministério Público legitimidade para ajuizar ações para responsabilizar a omissão ou o oferecimento insatisfatório de serviços de alimentação ou medicamentos aos idosos.

**PLS 408/08**, de Papaléo Paes – Estende o benefício da impenhorabilidade do bem de família ao imóvel residencial do fiador locatício.

**PLS 52/09**, de Demostenes Torres – Prevê o crime de falso testemunho ou falsa perícia, para incluir o inquérito civil entre os procedimentos sujeitos à prática da infração.

**PLS 392/08**, de Cristovam Buarque – Inclui, entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do plano de carreiras e cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**PLS 464/08**, de Patrícia Saboya – Autoriza pedidos de separação e divórcio por meio

C

## Ciclo de debates enfoca desafios estratégicos

O debate sobre fontes de energia, em especial sobre os projetos que criam o marco regulatório



do pré-sal, encaminhados pelo governo, terá prioridade na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) nos próximos meses, informou o presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL).

O senador (foto) considerou "ótimo e de extrema produtividade" o primeiro semestre de atividades da comissão, ressaltando as reuniões da "Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais", realizadas às segundas-feiras para discutir a infraestrutura nacional. Entre as matérias votadas na comissão, o presidente da CI destacou as mudanças aprovadas em março para a apreciação dos nomes indicados pelo governo para ocupar diretorias das agências reguladoras, que, segundo ele, "endureceram as regras do jogo". Collor lembrou ainda a aprovação do projeto que caracteriza como serviço público a operação declusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias (PLS 209/07); da proposta que concede isenção do IPI aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica (PL 44/09); e ainda do projeto que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, proibindo a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos enquanto não forem finalizados os serviços de infraestrutura e instalações operacionais, e o serviço de saneamento básico respectivo não for efetivamente prestado (PLS 295/08).

# Senadores debatem projetos sobre o petróleo do pré-sal

Ministro de Minas e Energia, empresários do setor petrolífero e sindicalistas discutiram propostas que ainda estão na Câmara, onde houve acordo e foi retirada urgência constitucional para votação

Os quatro projetos que condensam o novo marco regulatório para a exploração de petróleo na camada de pré-sal da costa brasileira foram encaminhados pelo presidente Lula ao Congresso no último dia 31 de agosto. Entre as inovações estabelecidas pelos projetos destaca-se a criação de normas para o regime de partilha de produção de petróleo e gás natural, além da criação do Fundo Social (FS) e de empresa pública denominada Petro-Sal.

Apesar de ainda estarem sob a análise da Câmara, as propostas já estão sendo debatidas no Senado. No último dia 8, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviu empresários do setor petrolífero e João Carlos de Luca, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). Dois dias depois, em reunião conjunta da CAE e da CI, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, defendeu a constitucionalidade da coexistência dos sistemas de



Ministro Edison Lobão (E), Fernando Collor, Eliseu Resende e Delcídio Amaral em reunião conjunta da CAE e da CI

partilha e de concessão na exploração proposta pelo governo. Na semana anterior, sindicalistas debateram o assunto na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O pedido de urgência constitucional feito pelo presidente da

República, para que os projetos fossem votados no Congresso em 90 dias, foi criticado por vários senadores. Após um acordo feito no último dia 9 entre deputados da base e da oposição, que acertaram um calendário de votação,

o presidente Lula concordou em retirar a urgência. Mas o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a urgência constitucional pode voltar na tramitação das propostas no Senado.

## Cai verba para o Fundo Soberano

A falta de acordo no Senado para votar a autorização de R\$ 14,2 bilhões para compor o Fundo Soberano fez com que a Medida Provisória 452/08 perdesse validade no dia 1º de junho. O Fundo Soberano foi criado em dezembro de 2008 (Lei 11.887) como um fundo especial, com dotação no Orçamento da União.

A lei prevê também o Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), um fundo de direito privado administrado pela distribuidora de valores do Banco do Brasil. Só que a lei não permitia que ele fosse capitalizado por meio de endividamento da União. A MP veio alterar esse dispositivo, autorizando a emissão de títulos do Tesouro no montante de R\$ 14,2 bilhões. Esses papéis compuseram o Fundo Soberano, que integralizou cotas em nome da União no FFIE.

## CPI da Petrobras ouve gestores

A última reunião da CPI da Petrobras, em setembro, ouviu a Pini Serviços de Engenharia, contratada pela Petrobras para atestar a lisura das obras da Refinaria Abreu e Lima, localizada em Ipojuca (PE). No mesmo mês, foram ouvidos representantes do Tribunal de Contas da União, que apresentaram relatório apontando superfaturamento na construção da refinaria. Falaram ainda na comissão, entre outros, o secretário da Receita Federal, Otacílio Cartaxo; o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima; procuradores do Ministério Público; e representante da Advocacia-Geral da União.

### IMPOSTO DE RENDA

Por acordo entre os partidos, foi aprovada em maio a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (PLV 4/09) em 4,5%. As alíquotas de 15% e de 27,5%, em vigor até o final de 2008, foram acrescidas as de 7,5% e de 22,5%, incidentes sobre a renda acima de R\$ 1.434,59 mensais.

### DÍVIDAS COM A RECEITA

O Senado aprovou a anistia de dívidas com a Receita Federal no valor de até R\$ 10 mil, vencidas até 2002, e o parcelamento em até 180 meses de outros débitos – com parcelas mínimas de R\$ 50 e redução de multas e juros. Depois de mudanças na Câmara, se transformou na Lei 11.941/09.

### COOPERATIVAS

Projeto que regulamenta o funcionamento das cooperativas de crédito, aprovado pelo Plenário em março, permite que elas tenham acesso a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), viabilizando financiamentos a um custo mais baixo para os cooperados.

## Projetos aprovados

eletrônico.

**PLS 256/05**, de Marcelo Crivella – Disciplina o uso de equipamento pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.

**PLS 372/08**, de Lobão Filho – Permite a reabertura de prazo para que servidores e empregados públicos federais demitidos durante o governo Fernando Collor solicitem o retorno ao emprego.

**PLS 688/07**, de Pedro Simon – Exige que o candidato comprove sua idoneidade moral e reputação ílibada para concorrer a cargo eletivo.

**PLS 359/04**, de Augusto Botelho – Determina o uso da internet nas licitações realizadas pelos órgãos e entidades da administração pública.

**PLS 88/04**, de Demostenes Torres – Modifica o Código Civil para determinar a interrupção da prescrição de ação judicial em decorrência de citação.

**PLS 316/03**, de Pedro Simon – Trata da prestação voluntária de serviços administrativos e auxiliares

de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros, por tempo determinado e mediante auxílio mensal compensatório.

**PLS 112/08**, de Paulo Paim – Modifica a Lei das Licitações para determinar prioridade na compra de papel reciclado por parte da administração pública.

**PLS 44/07**, de Valter Pereira – Cria nova modalidade de pena restritiva de direitos.

**PLS 50/07**, de Expedito Júnior – Trata da prisão especial para diplomados em nível superior.

**PLS 113/07**, de Expedito Júnior – Veda a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de parlamentar que tenha perdido o mandato por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.

**PLS 61/05**, de Pedro Simon – Trata do sigilo das denúncias formuladas ao TCU.

**PLS 375/03**, de Magno Malta – Cria a exigência de que os condutores e passageiros de motocicletas portem capacete contendo a

numeração da placa do veículo em que circulam.

**PLS 51/06**, do ex-senador José Jorge – Regulamenta o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

**PLS 267/07**, de Renato Casagrande – Fixa em 15 dias antes do pleito o prazo para solicitação de substituição de candidatos nas eleições majoritárias.

**PLS 290/06**, de Serys Shessarenko – Permite a prisão do eleitor, por ordem judicial, acusado de praticar crime hediondo ou crime doloso contra a vida, nos cinco dias que antecedem e nas 48 horas posteriores às eleições.

**PLS 688/07**, de Pedro Simon – Exige idoneidade moral e reputação ílibada dos candidatos a cargo eletivo.

**PLS 383/08**, de Romeu Tuma – Institui a criação de sala especial, em cada local de votação, para os eleitores idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais.

**PLS 244/08**, de Antônio Carlos Valadares – Obriga as concessionárias de serviço público a manter posto de atendimento pessoal ao usuário em municípios com população superior a 20 mil habitantes.

**PLS 461/08**, de Raimundo Colombo – Determina a realização de concurso especial da Mega-Sena destinado às vítimas das enchentes de Santa Catarina.

**PLS 421/07**, de Efraim Moraes – Isenta do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) aposentados e pensionistas com mais de 70 anos.

**PLS 269/08**, de Patrícia Saboya – Autoriza a dedução do Imposto de Renda de empresas e pessoas físicas em caso de doações ou patrocínios para entidades voltadas à juventude.

**PLS 369/03**, de Alvaro Dias – Autoriza cooperativas de crédito agrícolas e agroindustriais, associações de produtores rurais e demais pessoas jurídicas que operem no setor agroindustrial a

## MP 462 legaliza uso do crédito-prêmio do IPI

Para resolver o conflito na Justiça entre governo e empresários em torno da aplicação do crédito-prêmio do IPI a partir de 1990, o Senado aprovou emenda à MP 462 pela qual os empresários não terão que devolver o benefício. A medida já havia sido aprovada pelo Congresso, mas foi vetada por Lula. O litígio envolve entre R\$ 288 bilhões, diz o governo, e R\$ 50 bilhões, segundo os empresários.

## Mais prazo para pagar impostos e contribuições

Para atenuar os efeitos da crise sobre o capital de giro das empresas, uma das providências aprovadas pelo Senado foi a ampliação do prazo para o recolhimento de tributos federais. A medida provisória (MP 447/08) dilata entre cinco e dez dias o pagamento de impostos e contribuições vencidos entre o 10º e o 20º dia do mês seguinte ao do fato gerador, praticamente unificando os pagamentos no 20º e no 25º dia do mês.

## Debate sobre desconto para venda à vista

A cobrança de preços diferenciados para compras à vista e com cartão de crédito, que havia sido aprovada no Senado e depois derrubada na Câmara, pode voltar a ser discutida por iniciativa de Adelmir Santana (DEM-DF), vice-presidente da Frente Parlamentar Mista do Comércio Varejista. Adelmir estuda reapresentar o projeto por intermédio do deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC), presidente da frente.

# Comissão da crise mira entraves burocráticos

Depois de produzir relatório com 200 páginas com sugestões para mitigar crise econômica, grupo estudará redução da burocracia para as empresas

Criada em fevereiro deste ano, em plena recessão mundial, a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade vai se debruçar agora sobre os gargalos que a burocracia federal impõem às empresas, segundo o seu presidente, Francisco Dornelles (PP-RJ). Esse é o terceiro foco dos trabalhos que a comissão especial deve desenvolver.

O primeiro foi examinar os fatores para o elevado *spread* bancário (diferença entre o

custo de captação dos bancos e a taxa cobrada nos créditos concedidos) no Brasil, e o segundo foi a capitalização das empresas e alternativas para melhorar os investimentos privados.

Após nove audiências públicas, entre as 11 reuniões realizadas, a comissão, que ouviu, entre outros convidados, o ministro da Fazenda, os presidentes do Banco Central, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, além de

entidades do sistema financeiro e das indústrias, produziu em junho um primeiro relatório, com mais de 200 páginas.

O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), enlencou sugestões, encaminhadas ao governo, principalmente para ampliar o crédito ao setor privado e reduzir os seus custos, como a implantação do cadastro positivo. Fazem parte da comissão, além de Jereissati e de Dornelles, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE) e Aloizio Mercadante (PT-SP).



Loja de calçados em Brasília: para aquecer economia, comissão sugeriu criação de cadastro positivo de consumidores

## PAC é identificado no Orçamento pela 1ª vez

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram identificadas no projeto da lei orçamentária para 2010. Essa foi uma das principais contribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em 15 de julho último, e da Comissão Mista de Orçamento para dar transparência ao programa. Agora os contribuintes poderão saber onde serão aplicados os R\$ 23,4 bilhões carimbados no orçamento fiscal e da segurida-

de como sendo do PAC.

A LDO determinou ainda que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e estatais federais publiquem na internet a remuneração de cada cargo e função dos seus servidores e funcionários, inclusive terceirizados, comparando com o valor pago no ano anterior e indicando as variações percentuais. Só estão fora dessa exigência os agentes públicos cujo exercício profissional seja

protegido por sigilo, como os policiais federais.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias também estabeleceu que até 31 de janeiro de 2010 deverá ser divulgada pela internet a relação completa e atualizada dos servidores e funcionários federais, inclusive de estatais, agências reguladoras e conselhos de administração e fiscal. Também as despesas com a Copa do Mundo de 2014 deverão ser publicadas mensalmente na internet.

# CMO

## Orçamento 2010: comissão ouve sociedade

Pela primeira vez, a Comissão Mista de Orçamento (CMO)



irá ouvir diretamente as demandas da sociedade nos 26 estados e no Distrito Federal. Dessas audiências poderão surgir mais duas emendas de cada bancada estadual, elevando o mínimo de emendas de bancada envolvendo recursos novos de 15 para 17 e o máximo de 20 para 22. As audiências nos estados começam nesta quinta-feira por Minas Gerais. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) mobilizou a CMO no primeiro semestre. Na avaliação do presidente do colegiado, senador Almeida Lima (PMDB-SE) – foto –, uma das contribuições mais importantes, além das medidas de transparência, foi dar celeridade na análise e na decisão sobre a retomada de obras que recebem verbas federais e foram paralisadas por indícios de irregularidades graves. A LDO deixou claro que o Congresso decide se a obra continua ou não paralisada. Para autorizar a reativação dos repasses federais, a CMO terá de realizar audiências públicas com os órgãos envolvidos, como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Petrobras e a Infraero. O prazo para que o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifeste sobre as auditorias que apontaram as irregularidades caiu de seis para três meses. – Não se pode esquecer que obra parada se deteriora, prejudica a população e é muito ruim para os cofres da nação – disse o presidente da CMO, Almeida Lima.

## Projetos aprovados

emitirem títulos da dívida do agronegócio.  
**PLS 390/08**, de Renan Calheiros – Concede isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma para portadores de diabetes melito.  
**PLS 52/08**, de Marcelo Crivella – Concede isenção do Imposto de Renda Pessoa Física e da contribuição previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor.  
**PLS 20/08**, de Cristovam Buarque – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos para transporte escolar, quando adquiridos por estado ou prefeitura, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.  
**PLS 249/03**, de Garibaldi Alves Filho – Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando

importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência e Radioamadores (Rener), integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).  
**PLS 421/07**, de Efraim Morais – Concede isenção total do Imposto de Renda sobre rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de 70 anos, iniciando-se com isenção de 20% dos rendimentos aos 66 anos.  
**PLS 269/08**, de Patrícia Saboya – Define incentivos às políticas públicas de juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos.  
**PLS 369/03**, de Alvaro Dias – Trata de títulos da dívida do agronegócio.  
**PLS 482/07**, de Raimundo Colombo – Estabelece o pagamento em dinheiro, no prazo máximo de 90 dias, na compra de terras destinadas à reforma agrária e que não atendam às hipóteses de desapropriação por interesse social.  
**PLS 266/03**, de Tasso Jereissati – Inclui o parceiro

outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra.  
**PLS 603/07**, de Jayme Campos – Autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Norte de Mato Grosso (Uninorte), com sede no município de Sinop.  
**PLS 192/08**, de Magno Malta – Denomina Rodovia Ignez Cola o trecho da BR-393 entre Cachoeiro do Itapemirim (ES) e o contorno de Volta Redonda (RJ).  
**PLS 211/08**, de Marisa Serrano – Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.  
**PLS 302/08**, de Inácio Arruda – Institui 2009 o Ano Nacional Patativa do Assaré.  
**PLS 263/08**, de Flávio Arns – Institui o Dia Nacional do Sistema Braille.  
**PLS 277/08**, de Ideli Salvatti – Institui o Dia Nacional da Aquicultura.  
**PLS 278/08**, de Cristovam Buarque – Autoriza a criação do programa Cesta Básica do Livro, para

garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio.  
**PLS 288/08**, de Paulo Paim – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Piratini (RS).  
**PLS 387/07**, do ex-senador Wilson Mattos – Define, na educação superior, a frequência mínima exigida para aprovação.  
**PLS 602/07**, de Jayme Campos – Autoriza a criação da Universidade Federal do Araguaia (Univale), com sede no município de Barra do Garças.  
**PLS 103/08**, de Paulo Paim – Trata da comemoração do feriado de 1º de maio – Dia do Trabalhador.  
**PLS 107/08**, de Marconi Perillo – Inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.  
**PLS 341/08**, de Paulo Paim – Dá o nome de Luís Carlos Prestes à ponte sobre o rio Gravataí na BR-116, km 270, entre Canoas e Porto Alegre (RS).

# CPI reforça combate à pornografia infantil

Empresas de cartão de crédito se comprometem a ajudar apuração sobre venda de material com pedofilia na internet

Um termo de cooperação entre diversas instituições, costurado pela CPI da Pedofilia em agosto, pretende melhorar o combate à compra e à venda de pornografia infantil na internet. Além da CPI, a Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), a Organização Não Governamental Safernet, a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) assinaram o acordo.

Pelo compromisso, as 40 empresas representadas pela Abecs, como a Visa do Brasil e a Redecard, se comprometem a denunciar operações suspeitas e a desenvolver mecanismos para bloquear operações de compra e venda de imagens e vídeos contendo cenas de sexo com meninos e meninas.

A operadora de telefonia Vivo também assinou, na última quinta-feira, um termo de cooperação com a CPI da Pedofilia, para facilitar o acesso das autoridades judiciais e policiais a dados de usuários de serviços da empresa investigados por abusos contra menores. Firmaram ainda o acordo o Ministério Público Federal, a PF, o Comitê Gestor da Internet e a Safernet Brasil.



O presidente da CPI, Magno Malta (D, ao lado de José Nery) na assinatura de termo de cooperação entre polícia, Ministério Público e empresas de cartões

– Este é um momento histórico. O que estamos realizando hoje terá reflexos em todo o mundo, pois a Vivo é uma empresa de importância no mundo todo, destacou o presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES).

Também com o objetivo de

combater a pedofilia na rede mundial, Magno Malta apresentou projeto de lei (PLS 121/08) que proíbe empresas de cartões de crédito autorizarem compra ou aluguel, pela internet, de filmes, textos ou fotos de conteúdo pornográfico com participação de menores de 18 anos.

## CRIANÇA DESACOMPANHADA

Hotéis, motéis, pensões e similares que forem flagrados hospedando crianças e adolescentes desacompanhados ou sem autorização dos pais mais de uma vez poderão perder o alvará de funcionamento. É o que prevê emenda da Câmara ao PLS 255/04, já aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado.

## RECUSA DE VISTO

Projeto da CPI da Pedofilia que veda a concessão de visto a estrangeiro indiciado em outro país por crime contra a liberdade sexual ou por promover registros de cena de sexo com criança ou adolescente (PLS 235/09) foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores em setembro e está pronto para votação em Plenário.

## DENÚNCIA DE FOTÓGRAFO

O funcionário ou o responsável por laboratório fotográfico que não denunciarem o autor de fotos com cenas de sexo com crianças poderão ser punidos com até dois anos de prisão. É o que determina projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) aprovado em março pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Pedófilo pode ser punido com 30 anos de prisão

A CPI da Pedofilia apresentou em maio projeto (PLS 177/09) para incluir no Código Penal o crime de pedofilia. Caso haja morte de criança ou adolescente vítima de violência sexual, a pena será de 16 a 30 anos de prisão.

O projeto também pune o agressor que manipular a genitália de criança, mesmo sem consumir o ato sexual. Para esse tipo de crime, a pena será de reclusão de dois a oito anos

e o pedófilo poderá ser preso preventivamente.

A proposta também inclui entre os crimes hediondos a venda de material pornográfico. Determina ainda que quem estuprar uma criança poderá cumprir pena de dez a 14 anos de prisão. O projeto ainda pune com reclusão de três a oito anos quem fizer sexo com adolescente submetido a prostituição ou que esteja em situação de abandono.

## Senado amplia definição de exploração sexual de crianças

O projeto da CPI da Pedofilia que aumenta o leque de condutas consideradas exploração sexual e prostituição de crianças e adolescentes e que endurece as penas para esses crimes (PLS 275/08) foi aprovado em julho no Senado.

O texto propõe alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) e na Lei de Prisão Temporária (Lei 7.960/89).

Segundo o relator, senador José Nery (PSOL-PA), os casos passíveis de punição são ampliados, pois abarcam quem aliciar, agenciar, atrair ou induzir crianças ou adolescentes à exploração sexual ou à prostituição. Ele destaca ainda que a proposta aumenta as penas daqueles que praticarem tais crimes “mediante violência ou grave ameaça” e “de quem tira proveito da exploração ou participa de seus lucros”.

## Plenário aprova projeto que aumenta possibilidade de adoção

O Plenário aprovou em julho o projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que cria uma nova Lei Nacional de Adoção (PLS 314/04). A proposta permite que a adoção seja feita por maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, e, no caso de adoção conjunta, exige que os adotantes sejam casados ou mantenham união estável.

Entre as mudanças, está a definição de família ampla, para aumentar as possibilidades de permanência das crianças na família original, mesmo que com parentes próximos, como avós, tios e primos. A proposta reduz ainda o tempo máximo de

permanência em abrigos para dois anos.

O texto extingue a punição à “adoção à brasileira”, sem a intermediação das autoridades e estabelece a exigência de preparação prévia dos pais adotivos e de acompanhamento após o acolhimento em caso de adoção por estrangeiros. Esse tipo de adoção, no entanto, só será possível em última hipótese. A preferência será dada a brasileiros.

Outro avanço é a determinação de que o menor seja ouvido pela Justiça após ser entregue aos cuidados da família substituta. A proposta está na Câmara dos Deputados.

## Projetos aprovados

**PLS 3/08**, de Cristovam Buarque – Determina que todo aluno universitário beneficiado com recursos públicos da União deverá desenvolver atividades, pelo menos por um semestre, de apoio à alfabetização de adultos.

**PLS 395/08**, de Fátima Cleide – Torna obrigatória a comprovação da existência de área coberta destinada à prática de educação física, esportes e recreação para o credenciamento de escolas de educação básica.

**PLS 165/08**, de Adelmir Santana – Autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga (DF).

**PLS 332/06**, do ex-senador Roberto Saturnino – Cria mecanismos de aprimoramento profissional em áreas audiovisuais para os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

**PLS 422/08**, de Raimundo Colombo – Institui 24 de julho como o Dia Nacional do Suinocultor.

**PLS 20/09**, de Papaléo Paes – Institui o Dia Nacional da Cidadania em 5 de outubro.

**PLS 311/06**, de Patrícia Saboya – Estabelece à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a atribuição de deliberar sobre a política de livro didático e colaborar na sua execução.

**PLC 34/09** – Inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituição privada de ensino.

**PLS 491/08**, de Gilberto Goellner – Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

**PLS 332/08**, de Cristovam Buarque – Institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores.

**PLS 23/09**, de Serys Slhessarenko – Cria o Dia Nacional da Mulher Negra.

**PLS 445/08**, de Valter Pereira – Institui 22 de novembro como o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil.

**PLS 398/08**, de Fátima Cleide – Autoriza a criação da Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari (RO).

**PLS 257/06**, de Maria do Carmo Alves –

Autoriza a criação da Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, em Própria (SE).

**PLS 485/08**, de Aloizio Mercadante – Autoriza a criação da Universidade Federal do Litoral Paulista, em Santos (SP), pelo desmembramento do campus da Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo.

**PLS 448/08**, de Alvaro Dias – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Rio Negro (PR).

**PLS 447/09**, de Flávio Arns – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Nova Tebas (PR).

**PLS 417/08**, de Flávio Arns – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal em Loanda (PR).

**PLS 355/08**, de João Pedro – Autoriza o Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Humaitá (AM).

**PLS 377/09**, de Cícero Lucena – Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira (PB).

**PLS 428/08**, de Flávio Arns – Autoriza a criação

do Centro Federal de Educação Tecnológica de Borrazópolis (PR).

**PLS 4/08**, dos senadores Cristovam Buarque, Marisa Serrano e Augusto Botelho – Institui regime de dedicação exclusiva para profissionais da educação básica.

**PLS 70/09**, de Flexa Ribeiro – Estabelece a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio.

**PLS 403/07**, do ex-senador Wilson Matos – Institui o exame nacional de avaliação do magistério da educação básica.

**PLS 141/09**, de Marcelo Crivella – Institui o programa nacional de reforço escolar na educação básica pública, denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública.

**PLS 152/09**, do Poder Executivo – Cria a Universidade Federal da Fronteira Sul.

**PLS 603/07**, de Jayme Campos – Autoriza a criação da Universidade Federal do Norte de Mato Grosso, em Sinop.



Neuto de Conto (E), Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi no Parlasul: bancada brasileira aceitou representação com 37 parlamentares entre 2011 e 2014

## Impasse adia mudança na representação no Parlasul

Uma mudança no critério de representação dos países no Parlamento do Mercosul (Parlasul) que leve em conta a proporcionalidade da população de cada país foi sistematicamente adiada em 2009 em razão da resistência do Paraguai, que ocupa a presidência rotativa do Mercosul este ano. Em maio, a Representação Brasileira aceitou uma regra de transição em que a bancada nacio-

nal seria de 37 parlamentares entre 2011 e 2014. Os paraguaios, porém, pediram a implantação de um Tribunal do Mercosul, com poderes para impor decisões aos países membros. Com o impasse, o Brasil provavelmente não terá tempo hábil para eleger seus representantes, continuando em 2010 a ser representado por parlamentares indicados pela Câmara e pelo Senado.

# CRE

## Azeredo: comissão tem ano "agitado"

Como o senhor, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



(CRE), avalia o trabalho do colegiado neste ano?

**Eduardo Azeredo (PSDB-MG):** Este tem sido um ano muito agitado na CRE, com a presença de vários ministros em audiências públicas, como foi o caso do Tarso Genro [ministro da Justiça] debatendo a questão do Cesare Battisti, o de Nelson Jobim [da Defesa] tratando do reequipamento das Forças Armadas e o de Celso Amorim [das Relações Exteriores] discutindo a entrada da Venezuela no Mercosul. Também merece destaque o grande número de indicações de embaixadores aprovadas.

### Quais foram os projetos e debates mais relevantes?

As discussões sobre a entrada da Venezuela no Mercosul; o novo plano de defesa do Brasil, que inclui a compra de caças para a Força Aérea; o pedido de extradição do italiano Cesare Battisti [condenado na Itália por atos terroristas]; e o acordo entre Brasil e Vaticano para reconhecer a natureza jurídica da Igreja Católica (PDS 716/09).

### Quais são as prioridades do colegiado daqui em diante?

Avaliar a possível entrada da Venezuela no Mercosul; as questões de comércio exterior; acompanhar e discutir a compra de caças e outros equipamentos para as Forças Armadas; e a abertura de novas embaixadas em pequenas ilhas.

# Adesão da Venezuela depende do Senado

Senadores discutem a entrada do país no Mercosul, considerada importante para o bloco. Mas situação política do vizinho gera temores

A adesão da Venezuela ao Mercosul mobilizou a Comissão de Relações Exteriores (CRE) este ano. Ao mesmo tempo em que destacam a importância da entrada do país para o fortalecimento no bloco econômico (veja *dados*), os senadores não chegam a um acordo sobre o melhor momento político para a adesão. O protocolo de adesão já foi confirmado pelos congressos da Argentina, do Uruguai e da própria Venezuela. Faltam Brasil e Paraguai. O governo paraguaio, com medo de rejeição no Senado, retirou o tema de discussão em agosto passado.

No Brasil, falta apenas a votação no Senado, já que a Câmara e a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) já aprovaram a adesão. As decisões, porém, não se deram sem muita polêmica. As principais críticas se referem ao modelo político do país vizinho, onde o presidente Hugo Chávez está há mais de dez anos no poder e aprovou em fevereiro

lei que permite a reeleição ilimitada. Os opositores à adesão do país ao Mercosul, cujo principal representante é Fernando Collor (PTB-AL), acusam a Venezuela de não cumprir com a cláusula democrática do Mercosul.

Votos de repúdio a decisões de Chávez foram aprovados na CRE este ano e incidentes como a recusa do embaixador

venezuelano em falar à comissão sobre o ingresso do país só pioraram as coisas. Enquanto isso, o relator do projeto de adesão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), examina as informações enviadas pelo Ministério das Relações Exteriores, para avaliar se o país já cumpriu as condições técnicas e comerciais para a entrada no bloco.

### Com a Venezuela, o Mercosul terá:

- **268 milhões** de habitantes
- área de **12,7 milhões** de quilômetros quadrados
- **Produto interno bruto (PIB)** superior a **US\$ 2,2 trilhões**, com significativa parcela da produção mundial de alimentos, energia e manufaturados.

### Comércio entre Brasil e Venezuela

- Entre 2003 e 2008, as **exportações** do Brasil para a Venezuela subiram de US\$ 608 milhões para **US\$ 5,15 bilhões**.
- Cerca de **72%** dos **produtos exportados** para a Venezuela são manufaturados e semimanufaturados.
- Em 2008, o **saldo comercial** do Brasil com a Venezuela foi de **US\$ 4,6 bilhões** e, somente nos quatro primeiros meses de 2009, o superávit foi de US\$ 1,2 bilhão.
- Com PIB de US\$ 330 bilhões em 2008, a Venezuela **importa 75% dos alimentos** que consome e tem a **sexta reserva de petróleo** e a nona de gás natural do mundo.

### VOLTA DE CUBA À OEA

O Senado apoiou a decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) de reintegrar Cuba. A CRE aprovou voto de aplauso à OEA por sugestão de Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a volta à OEA poderá ajudar a abertura política do país.

### CRISE EM HONDURAS

Em agosto o Senado quebrou o protocolo para permitir que o presidente deposto de Honduras, Manoel Zelaya, discursasse em Plenário. Com esse gesto a Casa pretendeu demonstrar sua insatisfação com o golpe que depôs, em 28 de junho, o presidente eleito.

### CASO BATTISTI

A decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder refúgio a Cesare Battisti, condenado por quatro homicídios na Itália, dividiu o Senado entre os que enxergam em Battisti um dissidente e os que acusam o governo de abrigar um criminoso. A decisão será do STF.

## Projetos aprovados

**PLS 453/07**, de Marconi Perillo – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Itumbiara (GO).

**PLS 117/08**, de Romeu Tuma – Institui o Dia Nacional do Vigilante.

**PLS 249/07**, de Jayme Campos – Institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social.

**PLS 108/09**, de Marconi Perillo – Inscreve o nome de Rui Barbosa no Livro dos Heróis da Pátria.

**PLS 166/08**, de Adelmir Santana – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Gama (DF).

**PLS 120/09**, de Cícero Lucena – Autoriza a criação do *campus* do Instituto Federal da Paraíba em Itabaiana (PB).

**PLS 123/08**, de Kátia Abreu – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Navegação Interior (TO).

**PLS 197/08**, de João Vicente Claudino – Autoriza a criação do Cefet de Valença do Piauí (PI).

**PLS 354/08**, de João Pedro – Autoriza a criação do Cefet de Tefé (AM).

**PLS 415/08**, de Flávio Arns – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Ibaiti (PR).

**PLS 416/08**, de Flávio Arns – Autoriza a criação da Escola Técnica de Cerro Azul (PR).

**PLS 429/08**, de Flávio Arns – Autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa (PR).

**PLS 26/09**, de Serys Silhessarenko – Autoriza a criação do Cefet de Sinop (MT).

**PLS 101/09**, de Cícero Lucena – Autoriza a criação do Cefet de Catolé da Rocha (PB).

**PLS 20/09**, de Papaléo Paes – Institui o Dia Nacional da Cidadania.

**PLS 23/04**, de Marcelo Crivella – Exige dos municípios normas de utilização de energia solar em prédios.

**PLS 207/08**, de Efraim Morais – Institui o Dia Nacional do Sanfoneiro.

**PLS 216/07**, de Paulo Paim – Permite aos maiores de 60 anos realizar saques dos recursos no PIS/Pasep.

**PLC 84/09** – Dispõe sobre as atividades de

movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.

**PLS 387/08**, de Paulo Paim – Considera perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.

**PLS 196/09**, de Patrícia Saboya – Institui piso salarial nacional para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

**PLS 450/08**, de Romeu Tuma – Portador de hepatopatia grave poderá se aposentar integralmente por invalidez.

**PLS 100/06**, de Serys Silhessarenko – Determina a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como organizações da sociedade civil de interesse público.

**PLS 498/07**, de Sérgio Zambiasi – Portadores de diploma de técnico de nível médio em Enologia e alunos que ingressaram em curso deste nível até

29 de maio de 2007 poderão exercer a profissão de enólogo.

**PLS 69/08**, de Marisa Serrano – Torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos.

**PLS 96/05**, de Demostenes Torres – Inclui a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no rol de sanções a que está sujeito quem comercializa combustível adulterado.

**PLS 209/07**, de Eliseu Resende – Define como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos em hidrovias.

**PLS 74/08**, de Valdir Raupp – Regulamenta a profissão de leiloeiro.

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou e encaminhou à promulgação, até o final de agosto, 500 projetos de decreto legislativo permitindo a exploração de serviços de radiodifusão e de imagens.

## MESA

### Medidas já surtem efeitos, diz Heráclito

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), tem estado à frente da implementação das medidas contra irregularidades na Casa. Ele falou ao **Jornal do Senado** sobre as providências.

#### Como o senhor avalia os efeitos das medidas administrativas encaminhadas pela Primeira-Secretaria?

Elas já começaram a surtir efeito, mas os resultados maiores virão depois de implementada a reforma que está sendo feita a partir das propostas da Fundação Getúlio Vargas e dos funcionários da Casa. Mas nós já tivemos redução significativa de custos, irregularidades foram estancadas, contratos foram revistos, procedimentos modificados.

#### O senhor destacaria alguma medida de modernização da Casa?

Posso destacar a redução dos juros para o crédito consignado, o fim dos atos secretos, a revisão dos 34 contratos com empresas terceirizadas, as investigações e inquéritos para apurar responsabilidades de funcionários e a transparência com o detalhamento de gastos.

#### Quais são os prioridades daqui para frente?

A implantação da reforma administrativa, paralelamente à aprovação do plano de cargos e salários e à recuperação da imagem da Casa.

### Processo eletrônico agiliza decisões

A Secretaria-Geral da Mesa está trabalhando para que o processo legislativo se torne cada vez mais eletrônico. Essa é a forma, segundo a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, de tornar a tramitação das matérias mais ágil e segura. A medida garante, por exemplo, que um projeto aprovado em comissão chegue mais rapidamente ao Plenário e à internet. O próximo passo será a adoção da assinatura digital, que permitirá ao senador apresentar projetos e emendas mesmo estando fora de Brasília.

# Em 2010, será implantada uma nova estrutura administrativa

Baseada em estudo da Fundação Getúlio Vargas, que estima uma economia de recursos da ordem de R\$ 376 milhões, a reestruturação administrativa do Senado deve ter início em 1º de janeiro

Começa a ser implantado em 1º de janeiro de 2010 o Novo Regulamento Administrativo do Senado, baseado em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo principal objetivo é dotar a instituição de uma estrutura administrativa mais enxuta. Levantamento da FGV estima que a Casa economize por ano R\$ 376 milhões com a reforma.

Das atuais 38 secretarias, 23 seriam convertidas em departamentos, assessorias e controladoria, e 13 seriam eliminadas. As mudanças resultarão ainda em redução de 76% da estrutura do Senado no nível estratégico, 46% no intermediário e 38% no nível operacional, com a consequente eliminação de 269 unidades ou 43% da estrutura total da Casa.

Alvo de muitas denúncias, a Diretoria-Geral deve passar por uma ampla reformulação com a definição de um novo papel institucional. Ela deixa de ser "Órgão Central de Coordenação e Execução" e passa a Diretoria-Geral de Administração, composta por sete departamentos: Recursos Humanos; Finanças, Orçamento e Contabilidade; Materiais e Patrimônio; Administração de Contratações; Polícia; Infraestrutura e Departamento Gráfico.

Nenhuma instância adminis-

trativa do Senado passará ao largo das mudanças. A Secretaria Especial de Informática (Prodasen), junto com a atual Secretaria de Telecomunicações, passa a compor um novo Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações; deixa de ser uma unidade de consultoria interna de gestão de processos e integra-se, assim como a Gráfica do Senado, às demais áreas no que se refere à gestão administrativa, financeira, contábil, de compras e de recursos humanos (atualmente Prodasen e Gráfica gerem seus recursos de forma independente).

Outra novidade é a criação da Secretaria de Gestão do Conhecimento, resultado da fusão

do Centro de Integração de Estudos do Legislativo, do Instituto Legislativo Brasileiro, das secretarias Especiais do Interlegis, Informação, Documentação e Biblioteca, além da absorção das atribuições de editoração da atual Secretaria de Editoração e Publicação.

Mesmo antes da reforma, já foi acionado o Conselho de Administração, previsto no atual Regulamento Administrativo, que não era convocado havia mais de 15 anos. A ideia é reunir o conselho a cada 15 dias, para discutir e apresentar soluções, de forma colegiada, para assuntos de interesse da Casa.

#### A reforma pretende integrar áreas para reduzir gastos

#### Mesa diretora da Casa divulga ações

Ações adotadas visando dar maior eficiência e transparência à administração do Senado:

- economia de R\$ 10 milhões de reais/ano em dois contratos de mão de obra
- emissão de passagens aéreas somente pelo próprio senador ou assessor por ele designado
- novas regras para o uso da verba para fretamento de meios de transporte
- redução de 10% das despesas gerais
- contingenciamento de R\$ 25 milhões de despesas com saúde
- restrição na impressão de material gráfico às atividades parlamentares, ao Conselho Editorial e à manutenção e renovação de material de expediente
- suspensão da participação de servidores em cursos, treinamentos e seminários fora do Distrito Federal
- novo procedimento para as licitações de fornecimento de mão de obra com a adoção das instruções recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU)
- recolhimento diário dos veículos funcionais
- extinção imediata de 11 secretarias com exoneração dos respectivos diretores
- registro eletrônico de horas extras, resultando numa redução de gastos de mais de R\$ 500 mil
- adoção do sistema de pregão eletrônico Comprasnet, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- divulgação das despesas parlamentares com verba indenizatória na página do Senado na internet
- inauguração do Portal da Transparência com informações sobre contratos, verba indenizatória e recursos humanos
- instalação do Conselho de Administração
- transferência dos saldos das contas bancárias do Prodasen para o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)
- criação do Núcleo de Gestão de Contratos
- instalação de processo administrativo disciplinar contra os servidores envolvidos nos atos secretos
- anulação dos 663 atos administrativos cuja divulgação não tenha obedecido ao princípio da ampla publicidade
- corte nas comissões administrativas, reduzindo o pagamento de gratificações a diversos servidores
- redução de 300 ramais telefônicos
- adequação dos procedimentos para licitações de fornecimento de mão de obra às recomendações do Tribunal de Contas da União



Presidente do Senado, José Sarney (E), Heráclito Fortes, César Borges e Adelmir Santana discutem as medidas propostas pela Fundação Getúlio Vargas